Universidade de Brasília

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Ciência Política - IPOL

BRENO GEBRIM DE BARROS

MDB: A Força que Movimenta o Brasil: Atuação do partido na votação da emenda Dante de Oliveira e na emenda do Teto de Gastos Públicos

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Brasília
2018

BRENO GEBRIM DE BARROS

MDB: A Força que Movimenta o Brasil: Atuação do partido na votação da emenda Dante de Oliveira e na emenda do Teto de Gastos Públicos

Monografia apresentada ao curso de Ciência Política do Instituto de Ciência Política, na Universidade de Brasília, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Leandro do Nascimento Rodrigues

Brasília

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

BARROS, Breno Gebrim de.

MDB: A Força que Movimenta o Brasil: Atuação do partido na votação da emenda Dante de Oliveira e na emenda do Teto de Gastos Públicos

Breno Gebrim de Barros – Brasília 2018, 66 páginas.

Orientador: Prof. Leandro do Nascimento Rodrigues, Mestre e Doutor.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º semestre letivo 2018.

1. Movimento Democrático Brasileiro. 2. Emenda Dante de Oliveira. 3. Emenda do Teto de Gastos Públicos. I. Instituto de Ciência Política – IPOL da Universidade de Brasília.

MDB: A Força que Movimenta o Brasil: Atuação do partido na votação da emenda Dante de Oliveira e na emenda do Teto de Gastos Públicos

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

_____

PROFESSOR LEANDRO DO NASCIMENTO RODRIGUES

(Universidade de Brasília)

_____

PROFESSORA GRAZIELA DIAS TEIXEIRA

(Universidade de Brasília)

Brasília

2018

“O poder não corrompe o homem; é o homem que corrompe o poder. O homem é o grande poluidor, da natureza, do próprio homem, do poder. Se o poder fosse corruptor, seria maldito e proscrito, o que acarretaria a anarquia.”

Ulysses Guimarães

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, pela minha saúde, por ter me dado a oportunidade de me graduar cientista político e de encontrar pessoas nessa universidade que levarei comigo pelo resto da vida. Agradeço também a minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio incondicional e pela educação que me deram que fez com que eu mantivesse todos meus princípios e ensinamentos durante a vida acadêmica.

A Universidade de Brasília local em que adquiri conhecimento e amizades importantes. Agradeço em especial ao Instituto de Ciência Política da UnB e todos os seus funcionários, em especial, os secretários de graduação do IPOL que foram sempre muito atenciosos, prestativos e eficientes que precisei. Representando a qualidade desses funcionários agradeço à professora Graziela Teixeira, coordenadora do curso de Ciência Política, um exemplo de profissional e pessoa, sempre muito gentil e prestativa com todos seus alunos.

A todos os meus professores, por me instruírem e me tornarem um cientista político e indivíduo melhor. Ao meu orientador prof. Leandro que assumiu o projeto dessa monografia aos 45 do segundo tempo e me apoiou e orientou durante o desenvolvimento. Aos meus colegas e amigos que fizeram parte da minha jornada acadêmica. Ao meu colega e amigo Abel Souto, que agiu como um segundo orientador, sempre me ajudando quando as dúvidas em torno desse trabalho surgiam.

A minha veterana, colega de curso, melhor amiga e namorada: Layssa Dourado, futura mãe dos meus filhos. A mulher que esteve em praticamente toda minha caminhada acadêmica, o maior presente que a Universidade de Brasília me proporcionou. A minha principal motivação para continuar na UnB, razão do meu sorriso às 8h da manhã de uma segunda feira, o meu combustível dessa jornada acadêmica. Sem ela, minha história nessa universidade teria se encerrado no meio do caminho, ela é o principal motivo de hoje eu estar prestes a me formar.

Resumo

Este trabalho busca apresentar uma revisão bibliográfica sobre o que hoje se conhece como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como sobre seu papel de forte partido político na história do país. Após buscar a história da formação do partido, analisarei por meio da votação de duas importantes emendas (emenda Dante de Oliveira e emenda do Teto de Gastos Públicos), qual foi o papel desempenhado pelo MDB em dois momentos importantes de contextos distintos na história do Brasil. Analisando qual foi o desempenho do partido nessas votações e as consequências para o Brasil. A partir do estudo das duas emendas, constatou-se a importância do MDB no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Movimento Democrático Brasileiro, MDB, Emenda Dante de Oliveira, Emenda do Teto de Gastos Públicos.

Abstract

This paper seeks to present a bibliographical view of what is now known as the Brazilian Democratic Movement (BDM), as well as its role as a strong political party in the country's history. After looking at the history of the formation of the party, I analyzed the voting on two important amendments (Dante de Oliveira Amendment and The Public Cap Expenditures Amendment), what role was played by the BDM in two important moments of distinct contexts in Brazilian history. Analyzing what the performance of the party was in these votes and the consequences for Brazil. After studying these two amendments, I discovered the importance of the BDM in Brazilian politics.

Keywords: Brazilian Democratic Movement, BDM, Dante de Oliveira Amendment, Public Cap Expenditures Amendment

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo Espacial: Emenda Dante de Oliveira. 32
Figura 2 - Modelo Espacial: Emenda do Teto de Gastos Públicos.....45
Figura 3 - Modelo Espacial: Emenda Dante de Oliveira e Emenda do Teto de Gastos Públicos.....49
Figura 4 - Folha de São Paulo: A Nação Frustrada! Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar diretas. 50
Figura 5 - Jornal do Brasil: Congresso rejeita diretas.....51
Figura 6 - O Estado de São Paulo: 25 de abril: em votação, diretas já 52
Figura 7 - O Estado de São Paulo: Faltam votos para as diretas já.....52
Figura 8 - Estado de São Paulo: Em todo o País, tristeza e decepção 53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região norte do país. 24
Gráfico 2 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região nordeste do país 24
Gráfico 3 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região centro-oeste do país. 25
Gráfico 4 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região sudeste do país. 25
Gráfico 5 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região sul do país. 26
Gráfico 6 - Emenda Dante de Oliveira: Comparativo de votos do MDB por região do país. 27
Gráfico 7 - Emenda Dante de Oliveira: Votos favoráveis por partidos. 28
Gráfico 8 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do PDS por região do país. 29
Gráfico 9 - Emenda Dante de Oliveira: Destino dos dissidentes do PDS. 29
Gráfico 10 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Como votaram os principais partidos em segundo turno. 38
Gráfico 11 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Comparativo dos votos favoráveis dos maiores partidos a favor da emenda. 38
Gráfico 12 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Coesão Partidária dos maiores partidos favoráveis à emenda. 39
Gráfico 13 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Comparativo dos votos contrários dos maiores partidos contra a emenda. 40
Gráfico 14 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Coesão Partidária dos maiores partidos contrários a emenda. 41
Gráfico 15 - Emenda do Teto de Gastos Púbicos no Senado: Votação dos principais partidos no segundo turno 42
Gráfico 16 - Emenda do Teto de Gastos Públicos no Senado: Votos favoráveis por partidos. 42
Gráfico 17 - Comparativo das emendas Dante de Oliveira e a do Teto de Gastos Públicos: Votos por região do MDB. 47

LISTA DE SIGLAS

AI-2 – Ato Institucional Número Dois

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Senado)

CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Câmara)

CCP – Coordenação de Comissões Permanentes

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNS – Conselho Nacional da Saúde

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEM – Democratas

FEBATIFE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais

IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPF – Ministério Público Federal

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PFL – Partido da Frente Liberal

PGR – Procurador Geral da República

PP - Partido Progressista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

REDE – Rede Sustentabilidade

SD – Solidariedade

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UnB – Universidade de Brasília

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1. Introdução 14

2. Formação do MDB 14

3. Diretas Já! 18

4. Análise das duas emendas. 21

4.1. Introdução PEC 05/1983 21

4.1.2 Tramitação PEC 05/1983 22

4.1.3 Atuação do partido na votação da emenda Dante de Oliveira. 23

4.1.4 Modelo espacial 30

4.1.5– Consequências da PEC 05/1938 32

4.2. Introdução PEC 241/2016 e PEC 55/2016 33

4.2.1 – Tramitação PEC 241/2016 e PEC 55/2016 34

4.2.2 Atuação do MDB na PEC 241 (segundo turno) na Câmara dos Deputados e PEC 55 (segundo turno) no Senado Federal. 37

4.2.3. Modelo espacial 43

4.2.4. Consequências das PEC's 241 e 55 de 2016. 45

4.3. Comparando as duas votações 46

5. Repercussão na mídia das duas emendas. 49

5.1 Repercussão da emenda Dante de Oliveira 50

5.2 Repercussão da emenda do Teto dos Gastos Públicos 53

6. Importância do partido no cenário político brasileiro 56

6.2 Peso e centralidade 57

6.3 MDB contemporâneo: O maior partido do Brasil 59

7. Considerações finais 61

REFERÊNCIAS 62

1. Introdução

“MDB - A Força que Movimenta o Brasil”, esse é o lema que segundo o próprio site do partido, descreve o que representa o partido para o país.

Essa monografia tem o intuito perceber a importância do partido MDB no cenário político brasileiro.

Para respondermos essa questão, escolhi dois momentos distintos da história política brasileira. Analisaremos a força do partido através de duas votações de emendas importantes, em contexto histórico distintos, criadas pelo partido. A primeira delas é a emenda Dante de Oliveira, onde o partido atuou como principal partido de oposição e foi responsável pela mobilização popular a nível nacional conhecida como as Diretas Já, emenda que apesar da derrota em plenário, veremos a dimensão da atuação do MDB e como influenciou na vitória no Colégio Eleitoral na chapa de Tancredo Neves (MDB) e reconduziu o país à democracia.

A segunda emenda analisada para respondermos essa questão é a emenda do Teto de Gastos Públicos, emenda que ocorre em um contexto histórico distinto, já no período democrático, momento onde o MDB é o maior partido governista e possui a maior bancada do Congresso Nacional, isso é, tanto da Câmara dos Deputados, como no Senado Federal. Emenda tida como crucial para evitar uma grave crise econômica prevista no Brasil. Veremos como atuou o partido nesse momento, qual foi sua importância na votação, como votaram seus parlamentares.

Analisando essas duas votações distintas observaremos qual a dimensão do partido em nosso cenário político, qual sua importância e sua força, seja estando na oposição ou na situação.

A metodologia deste trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica e dados estatísticos.

Este trabalho está dividido, além da introdução e das considerações finais, em 5 capítulos. O segundo capítulo trata da formação do MDB, abordando como se deu o surgimento do partido. O terceiro capítulo é sobre as Diretas Já, movimento que surgiu após a emenda Dante de Oliveira proposta pelo partido. No capítulo seguinte é realizada uma análise sobre as duas emendas escolhidas. Já o quinto capítulo trata a repercussão na mídia sobre essas emendas. Por fim, o capítulo que antecede as considerações finais aborda a importância do partido no cenário político

brasileiro, levando em consideração duas características importantes que justificam a força do partido: seu peso e sua centralidade.

2. Formação do MDB

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi, junto com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), um dos partidos que surgiram após a edição do Ato Institucional Número Dois (AI-2). Editado em 1965, o AI-2 decretou o fim multipartidarismo que vigorava pela constituição de 1946 e instaurou o bipartidarismo. Uma das justificativas para este bipartidarismo se fundamenta na preocupação do regime de mostrar para o mundo uma espécie de “democracia” após os eventos de 1964. Outra justificativa para que fosse permitido o bipartidarismo também era a presença de alguns resquícios de liberais no governo, e através desse sistema as forças oposicionistas foram levadas ao campo institucional, facilitando o controle estatal. Ou seja, era mais interessante ao governo militar a existência de um partido oposicionista controlado do que movimentos oposicionistas populares e guerrilhas (MOTTA, 1996).

Segundo o livro que conta a história do partido, *50 anos PMDB. O Partido que muda o Brasil (2016),* a criação do partido ocorreu graças à autorização dos generais militares que buscavam legitimar a ditadura com a ilusão de um bipartidarismo controlável e manipulável, imitando o modelo norte-americano bipartidário de democratas x republicanos. O partido oposicionista então consentiu e se demonstrou passivo, até o momento em que o seu verdadeiro objetivo surgiria: por fim a ditadura e conduzir o país a redemocratização.

Na sua história o MDB foi tendo vida a partir de 1965, através de encontros de membros de partidos extintos que fariam oposição ao regime militar. Na formação do novo partido vieram 36 parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 37 do Partido Social Democrático (PSD), 13 da União Democrática Nacional (UDN), vale ressaltar que a grande maioria dos membros do UDN foram para o Arena, e 8 do

Partido Democrata Cristão (PDC). Porém a formação oficial do Movimento Democrático Brasileiro ocorreu em 24 de março de 1966. O nome do partido foi escolhido por Tancredo Neves, que tinha oposição de Ulysses Guimarães que pretendia chamar o partido de “ação”. O Movimento Democrático Brasileiro, o partido das oposições, foi um partido que surgiu de cima para baixo, criado de dentro para fora, tendo dificuldade para conseguir o número de membros necessários em seu início, teve de ter ajuda até mesmo do presidente Castelo Branco que precisou intervir convencendo alguns senadores a aderirem ao MDB, para que fosse possível ocorrer seu registro. Sendo assim, o MDB atende a definição de Maurice Duverger (1951) constituindo-se como um partido de quadros. Apesar da aparência democrática, o regime militar demonstrava seu lado autoritário, cassando mandatos de políticos e parlamentares, um exemplo notório foi na eleição indireta que elegeu o General Arthur da Costa e Silva, na qual membros do Partido que se recusaram a votar no General foram cassados (50 Anos – PMDB. O partido que muda o Brasil, 2016).

Uma das principais dificuldades que ocorreram na criação do MDB foi justamente, a fusão de partidos distintos de oposição que foram extintos. O bipartidarismo do regime militar perdeu muita representatividade, um só partido de oposição era responsável por representar diversos segmentos e pensamentos de oposição, representados principalmente pelos mais moderados do PSD e os mais a esquerda do PTB. Na Câmara a influência dos parlamentares reformistas do PTB era dominante e no Senado os oposicionistas moderados prevaleciam. Existia assim uma atuação mais agressiva por parte dos deputados e uma atuação moderada pelos senadores do partido, logo a desarmonia entre a bancada das duas casas era uma constante ameaça no início do partido, que em todo momento convivia com o risco de sofrer uma ruptura (MOTTA, 1996).

Apesar dessas divergências internas, as oposições deveriam concordar em algum objetivo em comum, para que continuassem unidos contra o governo militar. Em busca do equilíbrio entre os diversos pensamentos distintos que formavam o MDB, o eixo central encontrado foi o ponto de concordância entre todos: a reivindicação democrática e o retorno do Estado Democrático de Direito (MOTTA, 1996).

Usando do conceito de racionalidade instrumental da obra de Shepsle (2016), em que cada indivíduo age de acordo com suas preferências com um

comportamento maximizador buscando o melhor resultado para si. Aplicamos o conceito ao analisarmos o partido como agente e por mais complexas que fossem as divergências internas, o principal objetivo do partido era pôr fim à ditadura militar. Seguindo a teoria da escolha racional, o ato racional, ato escolhido entre os melhores atos disponíveis para o agente dado suas crenças e desejos, era se unir em torno de um ponto comum que era lutar pelo desejo da redemocratização.

Esse ponto comum é responsável por um dos momentos mais marcantes da história do país, a ideia que nos conduziu a redemocratização, nos levou a uma ação coletiva nacionalmente conhecida como “Diretas Já”, mas antes de entrarmos nesse movimento popular é necessário discorrer sobre qual foi o primeiro passo, a emenda Dante de Oliveira, que apesar de derrotada na Câmara, foi a largada para a redemocratização brasileira.

3. Diretas Já!

No dia 18 de Abril de 1983, o deputado Dante de Oliveira (MDB-MT) apresentou uma proposta de emenda constitucional que viria a ser o primeiro passo para redemocratização do Brasil. Em suma, a emenda Dante de Oliveira, apelidada em homenagem ao seu autor, propunha eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República. Com o início da tramitação da PEC na Câmara dos Deputados, um país inteiro se mobilizou em pró de um objetivo: A aprovação da emenda Dante de Oliveira, a volta das eleições diretas. Esse movimento ficou historicamente conhecido como as Diretas Já.

Em junho de 1983, dois meses após a emenda Dante de Oliveira ser apresentada na Câmara, ocorreu em Goiânia a primeira manifestação popular favorável às eleições diretas, era o passo inicial da grande dimensão que vinha a se tornar as Diretas Já, aproximadamente 5 mil pessoas que lotaram um ginásio de esportes. Já 27 de novembro desse mesmo ano houve o primeiro grande ato (aproximadamente 10 mil pessoas) das Diretas Já que ocorreu na Praça Charles Miller, localizada em frente ao estádio Pacaembu em São Paulo, organizado por várias entidades algumas dessas entidades que participaram desse ato foram: a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), além dos principais partidos de oposição: MDB, PT e PDT (REIS, 2010).

No ano seguinte, em 12 de janeiro de 1984, acontece mais uma manifestação, dessa vez em Boca Maldita, em Curitiba que reuniu entre trinta e cinquenta mil manifestantes favoráveis as eleições diretas. Treze dias depois, no dia da fundação da cidade de São Paulo, 25 de janeiro, trezentas mil pessoas vão a Praça da Sé, num comício que contou com a participação de lideranças políticas,

artistas, jogadores de futebol e outras personalidades. Esse comício durou seis horas e foi o primeiro comício que contou com a presença de personalidades, que viria a ser prática comum e uma característica marcante do movimento das Diretas Já (REIS, 2010).

Os comícios se espalharam por todo o país, se transformando em uma festa cívica pela democracia. O uso do verde e amarelo, canto do hino nacional, discursos políticos, músicas e gritos de protesto, bandeira dos partidos de esquerda, cartazes bem humorados, todos esses instrumentos confirmava a festa cívica que se tornou o movimento. No Rio de Janeiro, conhecido por seu carnaval, em 10 de abril de 1984 aproximadamente um milhão de pessoas se reuniram na Candelária formando um a espécie de “carnaval da democracia” (REIS, 2010).

No dia 16 de abril 1984, ocorreu a maior manifestação das Diretas Já que foi na passeata-comício no Vale do Anhangabaú- SP, em torno de um milhão e quinhentas mil pessoas se reuniram pedindo as eleições diretas e por consequência o fim do regime militar. Ocorreram também outras grandes manifestações no mês de abril por todo o país, estima-se que três milhões de pessoas foram as ruas nas diversas regiões do país, ocorrendo comícios em várias capitais como: Recife, Natal, Goiânia, Porto Alegre, Vitória e Salvador (BERTONCELO, 2009).

Nas apresentações dos comícios dos movimentos pelas eleições diretas, duas figuras políticas se destacavam: o ex-presidente da República e hoje preso por corrupção e lavagem de dinheiro, Luiz Inácio Lula da Silva e Ulysses Guimarães, conhecido como “Senhor Diretas”, um dos principais responsáveis pela redemocratização do país, homem tido por muitos como uma referência no meio político, além de uma figura importantíssima no MDB (NERY, 2010).

Com o resultado da votação da emenda, a maior mobilização que havia acontecido no país até aquele ano, sofreu uma derrota política frustrante em relação ao seu principal objetivo, entretanto o movimento das Diretas Já teve uma importância significativa nas eleições do Colégio Eleitoral, porque de foi fundamental para as articulações políticas que resultaram na vitória no Colégio Eleitoral da Aliança Democrática, chapa da oposição formada por MDB e Frente Liberal, representada por Tancredo Neves (REIS, 2010).

A derrota da emenda Dante, significou o afastamento das “massas” na escolha do futuro presidente, que não podiam eleger diretamente um presidente. Já o apoio sociopolítico a campanha, representado pelos movimentos de rua e as

lideranças partidárias, foi capaz de segregar o núcleo do regime militar, através das pressões vindas das ruas que faziam com que os o caráter autoritário fosse se desfazendo e ainda afetou as bases mais enraizadas do regime militar e o estilo de dominação política estabelecidos nos mecanismos do Estado Varguista (BERTONCELO, 2009).

Apesar da derrota a atuação do MDB como oposição nesse momento importantíssimo para a história do Brasil é memorável, no capítulo a seguir veremos como atuou o MDB na votação da emenda Dante de Oliveira como principal apoiador das eleições diretas e a principal oposição ao regime militar. Também analisaremos como atuou o MDB na votação de 2016 pela emenda do Teto de Gastos Públicos, onde atuou como o principal partido governista. São dois momentos distintos na história, onde o MDB se encontra em posições diferentes, porém nas duas votações vemos importância do MDB no cenário político brasileiro, seja na oposição ou na situação.

4. Análise das duas emendas.

Nesse capítulo as emendas Dante de Oliveira e a do Teto de Gastos Públicos serão divididas em cinco partes cada: Na primeira delas, será feita uma breve introdução sobre a emenda abordada. A segunda parte abrangerá os pontos fundamentais do seu processo de tramitação. A terceira parte, através de gráficos e comentários será analisada a atuação do MDB nas respectivas Propostas de Emendas Constitucionais. Em seguida será aplicado um modelo espacial adaptado do modelo de Anthony Downs, que é separado em uma escala ideológica, presente na obra de Shepsle (2016) para realizar uma análise política dos principais atores políticos e seus pontos médios no momento da votação da emenda. E por último, as consequências de cada uma dessas emendas para o país.

4.1. Introdução PEC 05/1983

A proposta de Emenda à Constituição 05/1983, foi de autoria da Câmara dos Deputados e teve como iniciativa o deputado federal Dante de Oliveira, por isso ficou conhecida também como emenda Dante de Oliveira, foi realizada no dia 18 de abril de 1983 e dispunha sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.

A PEC 05/83 previa a alteração dos artigos nº 17 e nº 148 da Constituição de 1967 e a extinção dos seus parágrafos. O artigo 17 passaria a ser sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, maiores de 35 anos, em exercícios dos seus direitos políticos, eleitos pelo sufrágio universal direto e secreto por um período de cinco anos e a eleição deviria ocorrer no dia 15 de novembro do ano que antecedesse o fim do mandato. Já o artigo 148 dispunha que o sufrágio era universal e o voto secreto e direto e os partidos políticos teriam representação proporcional, total ou parcial, segundo a lei.

4.1.2 Tramitação PEC 05/1983

No dia 18 de abril de 1983, a tramitação da emenda Dante de Oliveira iniciou como a convocação de uma sessão conjunta em plenário para leitura e para designação da comissão mista. Após a leitura a comissão mista foi composta por sete senadores do Partido Democrático Social (PDS): Jose Lins (PDS-CE), Carlos Alberto (PDS-RN), Claudionor Roriz (PDS-CE), Jorge Kalume (PDS-AC), Raimundo Parente (PDS-AM), Gabriel Hermes (PDS-PA) e Lourival Baptista (PDS-SE). Cinco deputados também do PDS: Edison Lobão (PDS-MA), Guido Moesch (PDS-RS), Rondon Pacheco (PDS-MG), Sarney Filho (PDS-MA) e Ernani Satyro (PDS-PB). Quatro senadores do MDB: Itamar Franco (MDB-MG), Affonso Camargo (MDB-PR), Pedro Simon (MDB-RS) e Jose Fragelli (MDB-MS). Cinco deputados do PMDB: Dante de Oliveira (MDB-MT), Flavio Bierrenbach (MDB-SP), Domingos Leonelli (MDB-BA), Francisco Amaral (MDB-SP) e Ibsen Pinheiro (MDB-RS). E por fim, um deputado do Partido Democrático Trabalhista (PDT): Bocaiúva Cunha (PDT-RJ).

Ainda no mesmo dia o plenário estabelece o prazo de apresentação do parecer para até um mês (18/05). No dia seguinte a PEC é apensada a PEC 006/83, pro apresentarem matéria conexa. Já no dia 28 do mesmo mês, ocorre uma reunião de instalação e a eleição da mesa diretora, onde foram escolhidos os então senadores Itamar Franco (MDB-MG), como presidente e Gabriel Hermes (PDS-PA), como vice-presidente. No dia 29 de abril foi estabelecido um novo prazo para apresentação do parecer, adiantando para o dia 06/05. No dia 05/05 a PEC 008/83, também foi apensada pelo mesmo motivo da PEC anteriormente apensada. No dia 06 de maio foi o encerramento do prazo sem apresentação de emendas e já no dia 10 houve uma prorrogação do prazo para apresentação do parecer por mais 30 dias.

No dia 25 de maio de 1983, a comissão foi reunida para ouvir palestra do então Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals (PDS-CE). No dia seguinte, foi a vez da palestra do então presidente nacional do PT, Luis Inácio da Silva, palestrar. A próxima atividade de tramitação ocorreu apenas 15 de junho, quando a comissão se reuniu para ouvir depoimento do então Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT-RJ). No dia 16 de junho foi a vez dos depoimentos do ex-senadores Eurico Rezende (PDS-RS) e Teotonio Vilela (MDB-AL). Nesse mesmo dia ainda houve uma substituição na comissão mista, saiu o deputado Francisco Amaral (MDB-SP) e

entrou o deputado Valmor Giavarina (MDB-PR). No dia seguinte houve uma prorrogação de mais 30 para apresentação do parecer.

No dia primeiro de agosto de 1983, ocorreu a destroca dos deputados, Francisco Amaral (MDB-SP) voltou a comissão mista no lugar do seu breve substituto e no dia seguinte a PEC 0020/83 foi apensada pelo mesmo motivo das demais. Ainda no mês de agosto de 1983 ocorreram três palestras na comissão mista. A primeira foi realizada pelo então Governador de São Paulo, Franco Montoro (MDB-SP). A segunda pelo ex-deputado federal Rubem Dourado (PTB-RJ) e a ultima pelo General Antonio Carlos de Andrada Serpa. Houve também uma substituição na comissão mista saíram os senadores Affonso Camargo (MDB-PR) e Jose Fragelli (MDB-MS) e entraram os senadores Alfredo Campos (MDB-MG) e Helio Gueiros (MDB-PA). No dia 17 desse mês foi esgotado o prazo para apresentação do parecer e este deverá ser proferido oralmente em plenário.

A tramitação da PEC só volta no ano seguinte em 25 de abril de 1984 com o parecer proferido em plenário e discussão que foi encerrada às 14 horas. O Plenário decide a convocação de uma sessão conjunta para votação às 19 horas. Então finalmente o resultado sai a votação é rejeitada na Câmara com 298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções, sendo assim não chegou nem ao Senado.

4.1.3 Atuação do partido na votação da emenda Dante de Oliveira.

Apesar da derrota, a força do MDB na Câmara foi notória. No dia 26 de abril de 1984, logo após o resultado a Folha de São Paulo solta sua capa de jornal com a lista de votação. Mostrando todos os votos favoráveis, contrários e abstenções, e através dessa fonte histórica que será analisada a atuação do MDB na votação da emenda Dante de Oliveira, analisando quantos desses 298 votos favoráveis eram oriundos do MDB, e de quais regiões vieram os votos.

Através de gráficos e breves comentários analisarei a importância do partido em cada região do país, iniciando pela região norte e seguindo até a região sul para então compararmos a atuação do MDB a nível nacional. De forma sucinta veremos também a quantidade de votos de “traidores” do PDS, partido governista da época em que muitos membros votaram a favor da emenda e posteriormente fundaram o PFL, que se juntou ao MDB na Aliança Democrática que levou a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

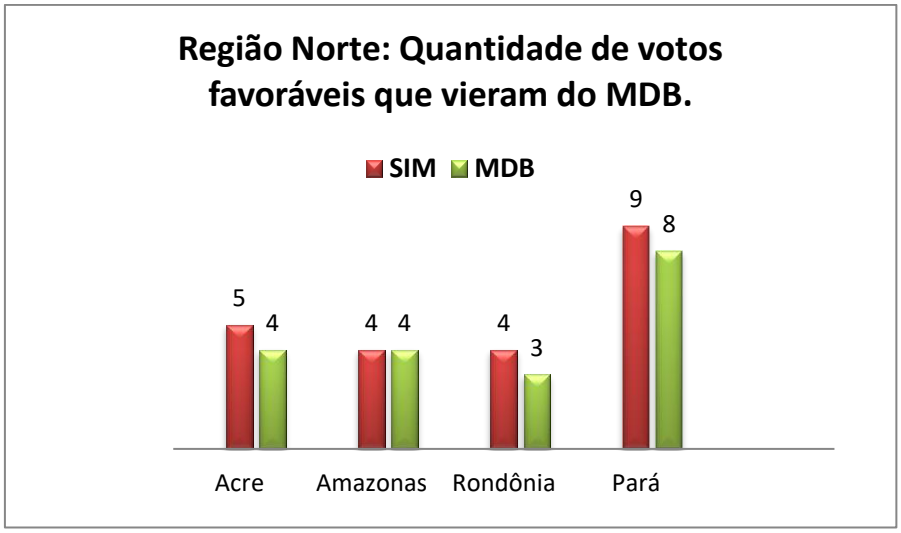

Gráfico 1 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região norte do país.

Iniciando pela região norte, que de acordo com nosso sistema político eleitoral não possui um grande colégio eleitoral, dos 22 votos favoráveis, 19 vieram do MDB. Nota-se também que todos os votos da Amazonas eram de parlamentares do principal partido de oposição do regime militar, que foi o único durante um longo tempo. A participação do partido nos votos a favor da Emenda Dante de Oliveira nessa região equivale a 86,36%.

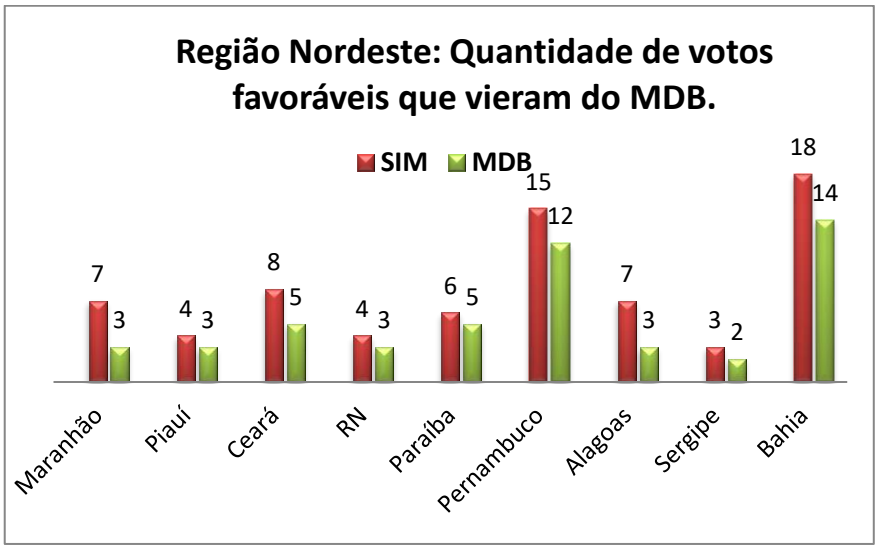

Gráfico 2 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região nordeste do país

Agora temos acima o gráfico da região nordeste do país, uma região com um maior colégio eleitoral que a anterior. Nesse cenário o MDB não possui 100% dos votos em nenhum Estado, entretanto dos 72 votos favoráveis advindos da região nordeste do país, 50 deles são de deputados do partido, totalizando uma participação total de 69,44% dos votos pela aprovação da PEC.

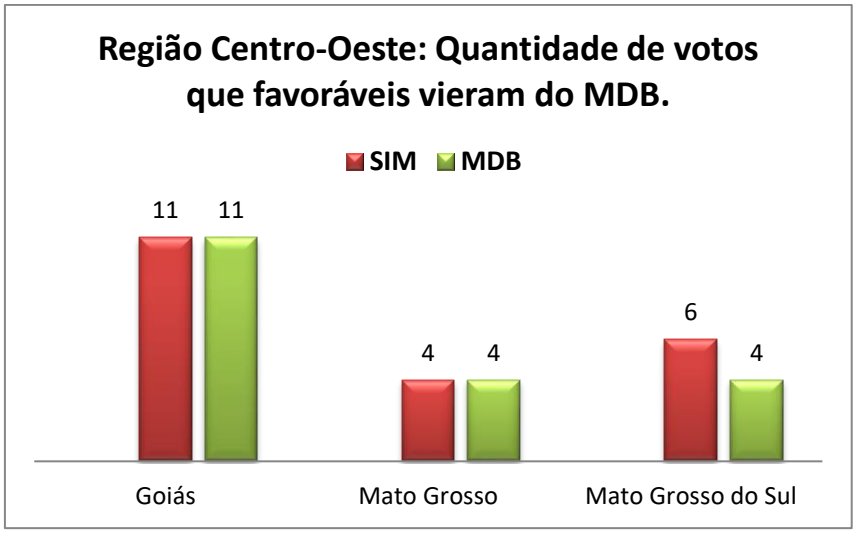

Gráfico 3 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região centro-oeste do país.

Na região onde nasce as Diretas Já, o primeiro comício favorável à eleição direta ocorreu em Goiânia em um quadra de esportes com a presença de aproximadamente 5 mil pessoas e também o autor da emenda é oriundo dessa região, o partido possui todos os votos favoráveis do Goiás (sendo que um desses onze votos foi dado por uma figura política popular no Distrito Federal: Joaquim Roriz) e do Mato Grosso (um dos quatro votos é do grande autor, que dá nome a emenda, Dante de Oliveira.) e dos 21 votos favoráveis que vieram da região centro-oeste do país, 19 são do MDB. É nessa região que o MDB possui maior influência, apesar de ser um baixo colégio eleitoral e um pequeno número de deputados, o MDB representa 90,46% dos parlamentares oposicionistas ao governo e favoráveis a proposta de eleições diretas.

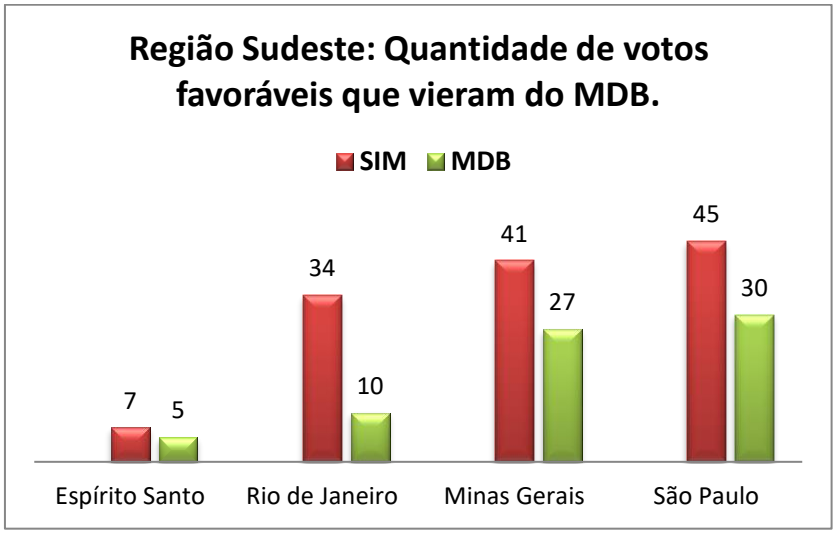

Gráfico 4 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região sudeste do país.

Na região que teve os maiores comícios das Diretas Já e que possuem o maior colégio eleitoral do país, o MDB só não tem maioria no estado do Rio de Janeiro, isso deve pelo fato de ser o estado onde o MDB era mais “fraco” no país e onde a oposição era mais difusa, já que dividia espaço com o PDT de Brizola que possuía a maioria (16 cadeiras) no Estado.. Já nos outros estados, e principalmente em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, o MDB possui a maioria das cadeiras. No Rio de Janeiro ainda em 1984, o deputado Jorge Cury se filiou ao MDB após desentendimento com a cúpula do PTB, entretanto no mês da votação, segundo A Folha de São Paulo o parlamentar ainda fazia parte do PTB, portanto não será contabilizado como voto do partido. Dos 127 votos favoráveis do sudeste do país 72 são advindos do MDB, isso equivale a aproximadamente 56,7% dos votos da região. Apesar da porcentagem baixa em relação ao total de votos favoráveis, é dessa região que surge o maior número de votos do MDB. São quase quatro vezes mais o número de votos vindo da região centro-oeste, onde o partido possui uma dominância de 90,46% com apenas 21 votos.

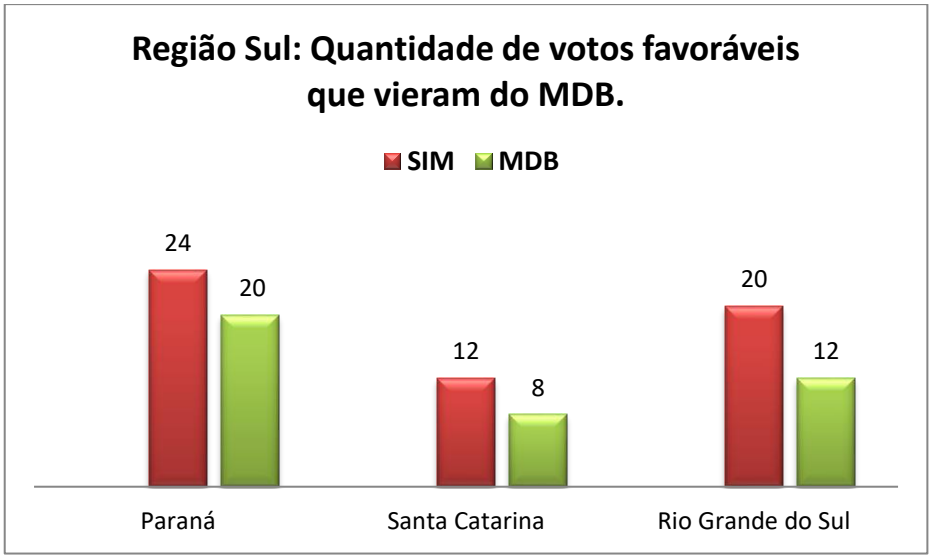

Gráfico 5 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do MDB oriundos da região sul do país.

O sul do Brasil, que só fica atrás do sudeste e do nordeste em número de votos, o MDB também é dominante. No Rio Grande do Sul, o partido apesar de possuir maioria, não é por uma margem tão grande como nos outros estados, pela significativa participação do PDT com 7 votos favoráveis, o outro voto que completa os 20 do estado é de um parlamentar “traidor” do PDS, o ex-deputado Augusto Trein (PDS-RS) que ao contrário da maioria dos “traidores”, não migrou para o PFL (Partido da Frente Liberal), partido fundado por dissidentes do PDS. No Paraná, o

jornal Folha de São Paulo aponta erroneamente o deputado Mattos Leão (MDB-RS) como membro do PDS, entretanto o mesmo era parte do MDB, ao contrário da maioria dos parlamentares ex-ARENA, o deputado não migrou para o PDS e sim para o MDB. Dos 56 votos a favor da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, 40 oriundos do MDB, totalizando-se 71,42% de atuação na votação nessa região. Chegando ao fim do país, analisaremos agora a atuação do partido a nível nacional como foi seu desempenho e sua influência em votos pela aprovação da PEC 05/83.

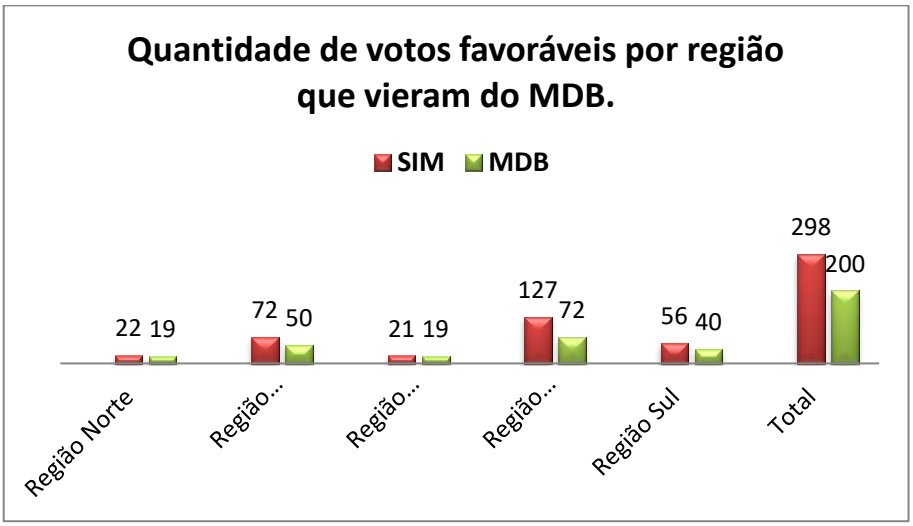

Gráfico 6 - Emenda Dante de Oliveira: Comparativo de votos do MDB por região do país.

Juntando todas as regiões previamente vistas, temos o gráfico acima. Que além das regiões vem o total de votos do MDB dos 298 votos pela aprovação da Emenda, 200 vieram de um único e importante partido. Faltaram 22 votos para que o resultado fosse almejado, apesar da derrota os gráficos acima nos mostraram quão importante foi a presença do principal partido responsável pela redemocratização. Concluímos então que nas regiões Norte e Centro-Oeste, a oposição a regime se resume ao MDB, exclusivamente. Isso ocorre devido à ausência de grandes centros urbanos e possui um cenário mais rural e permissivo para caciques políticos. O MDB era um partido que oposição tanto no interior quanto nas grandes cidades, já os partidos PDT, PTB e PT, eram partidos urbanos que faziam oposição a partir de votos que conseguiam em grandes centros urbanos

É importante abordarmos também de onde vieram esses outros 98 votos favoráveis a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, pois apesar dos aproximadamente 67,1% dos votos favoráveis vindo por parte do principal partido de oposição, ainda existem os expressivos 32,9% dos votos que vieram de “traidores”

do PDS e os outros três partidos de oposição: PDT, PTB e PT. Então vejamos agora no próximo gráfico quantos votos vieram desses partidos.

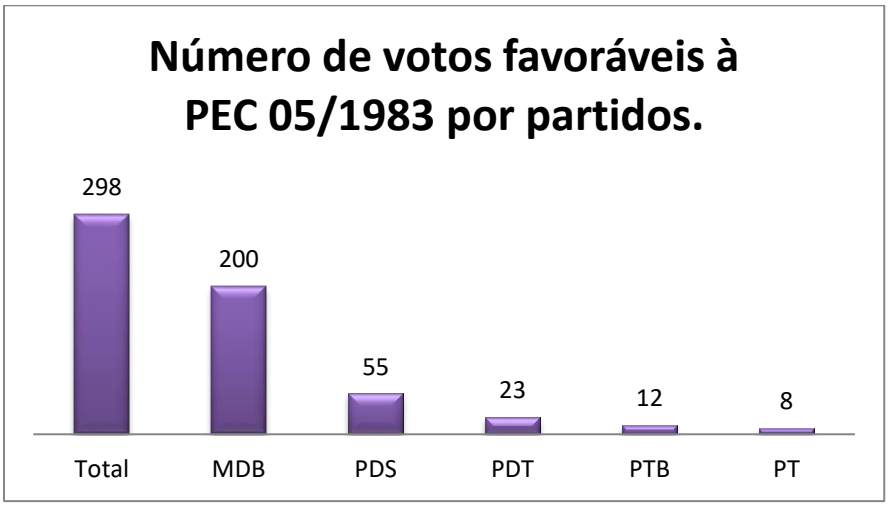

Gráfico 7 - Emenda Dante de Oliveira: Votos favoráveis por partidos.

Os 55 votos provindos do partido por do governo serão aprofundados no próximo parágrafo, por agora vejamos os votos dos menores partidos de oposição. Os votos do PDT são dezesseis oriundos do Rio de Janeiro, número expressivo que demonstra a força do partido de Leonel Brizola, que na época era o governador do Rio de Janeiro. Os outros sete votos, que totalizam os 23 do partido vieram do Rio Grande do Sul, estado onde Brizola também já havia sido governador. Dos 12 votos do PTB, cinco são originários do Rio de Janeiro e sete de São Paulo, sendo todos da região sudeste do país. Já os 8 votos do PT são seis proveniente de São Paulo, um do Rio de Janeiro e outro de Minas Gerais.

Conforme já visto o PDS foi o segundo maior partido que votou favorável à emenda, o partido governista teve vários dissidentes que votaram contra a orientação partidária, quase o mesmo número de votos contrários (55 votos favoráveis e 62 contrários). Vejamos agora qual foi o comportamento do PDS na Câmara dos Deputados, analisando sua coesão partidária e a quantidade de votos favoráveis, votos contrários e ausências por Estado.

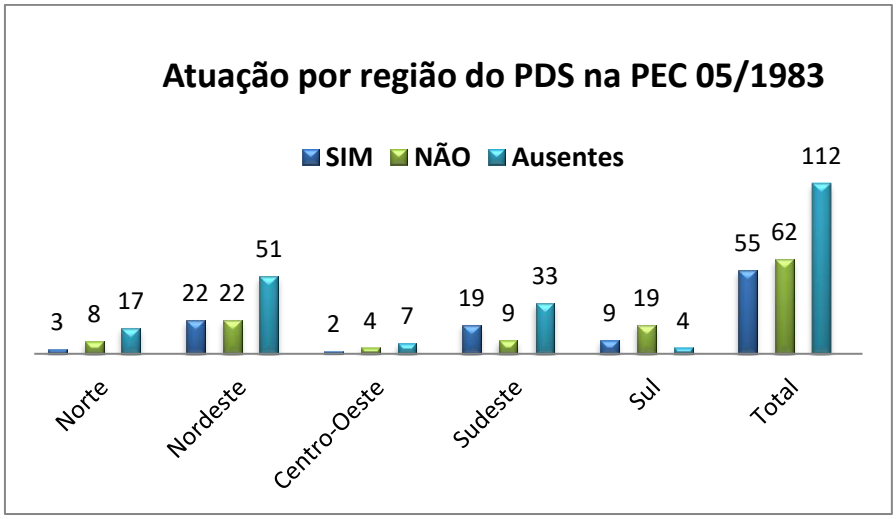

Gráfico 8 - Emenda Dante de Oliveira: Votos do PDS por região do país.

Dos 232 do PDS, apenas 62 seguiram a orientação do partido de votar contrária a Emenda, os outros 170 (112 ausentes, 55 votos a favor e 3 abstenções) não seguiram a orientação partidária, isso significa que o partido do governo teve apenas 26,72% de coesão partidária, a título de curiosidade, das 113 ausências que ocorreram na votação da referida emenda, apenas uma não foi de deputados do PDS, foi o caso da ausência do deputado Mendonça Falcão (PTB-SP). Obviamente após a "traição" era previsto que a maioria dos parlamentares do PDS que votaram favoráveis à Emenda Dante de Oliveira não iriam continuar no partido, portanto no próximo gráfico analisaremos o destino da maioria desses 55 dissidentes do PDS.

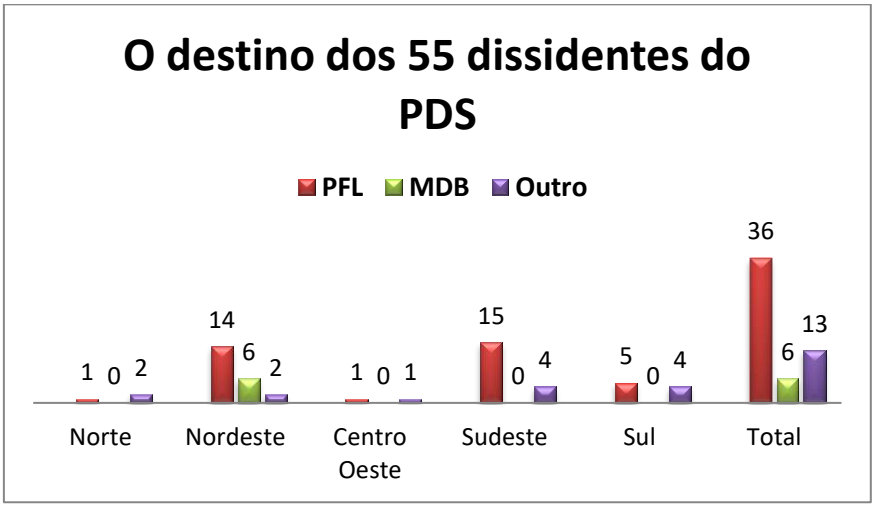

Gráfico 9 - Emenda Dante de Oliveira: Destino dos dissidentes do PDS.

Observando o destino dos 55 dissidentes do PDS, na opção que descrevi como "outro" trata-se dos que permaneceram no partido, saíram da vida pública após o fim do mandato ou até mesmo migraram para algum outro partido que não

seja o PFL e o MDB. Esse gráfico é importante para compreendermos bem essa migração que resultou na Aliança Democrática, coalizão formada por integrantes do MDB e dos dissidentes do PDS que fundaram o PFL. No Colégio Eleitoral, essa coalizão foi responsável pela vitória da chapa de Tancredo Neves, para presidente e José Sarney (ex-PDS) para vice. Como é conhecida a história de Tancredo, infelizmente o ex Primeiro Ministro do país faleceu antes de tomar posse como presidente, assumindo então José Sarney a presidência do país.

Essa migração que formou a Aliança Democrática (MDB-PFL) foi decisiva para a governabilidade do governo Sarney e definiu os rumos da Constituinte. Observemos que apenas na região nordeste houve migração para o MDB, entre esses 6 novos membros, temos a presença de Fernando Collor, que sucedeu José Sarney na presidência.

4.1.4 Modelo espacial

Nessa parte do trabalho será utilizada uma adaptação do modelo de Downs, responsável por medir os pontos médios dos atores, através apenas de uma escala ideológica, conforme visto na obra de Shepsle (2016) sobre Análise Política. O modelo espacial adaptado disporá também de um eixo vertical, classificando o comportamento destes atores de acordo com o posicionamento de apoio ao governo ou oposição. Este modelo será aplicado para melhor compreensão e analisarmos os principais atores políticos envolvidos em torno dessa PEC, onde cada ator será representado pelo seu ponto médio. O modelo espacial representará a posição de cada instituição, se está mais à direita ou à esquerda, se está na situação ou na oposição. Instituições que estiveram afastadas do jogo político, como o Poder Judiciário, permaneceram sobre a linha reta (por não ser posicionarem contra ou a favor do governo, oposição ou situação, respectivamente) para serem classificadas apenas em torno do seu posicionamento mais progressista ou mais conservadora.

Antes de demonstrar como ficaria o modelo espacial, comentarei brevemente sobre cada um dos atores envolvidos nesse modelo e o porquê do posicionamento de seu ponto mediano no modelo. O modelo utilizará de pontos médios com legenda responsáveis por descrever cada um desses atores.

O poder Judiciário, conforme a história nos mostra e durante a análise de diversos governos já realizados no Brasil, tende sempre a ter um posicionamento mais conservador, por isso com frequência fica mais à direita em modelos espaciais

de análise política. É valido ressaltar que apesar de viver-se em uma ditadura, durante todo o regime, em nenhum momento o STF deixou de existir ou foi fechado.

O ponto mediano da mídia nesse momento está na centro-esquerda e sendo oposição ao governo dos militares, sendo favorável a PEC 05/1983. A mídia nesse momento próxima a redemocratização já está num movimento mais a esquerda, durante o regime militar, principalmente devido a censuras esteve em grande parte apoiando o regime e tendo um posicionamento mais conservador.

O Congresso nesse momento está em movimento para a esquerda, mas não o suficiente para aprovação da Emenda Dante de Oliveira devido ao grande número de ausências que demonstra a maioria governista na Câmara dos Deputados. É senso comum que o Senado Federal tende sempre a ser mais conservador que a Câmara dos Deputados e se a PEC não foi capaz de passar nem pela primeira casa do sistema bicameral brasileiro, dificilmente passaria pelo Senado. O ponto médio do Congresso então fica a centro-direita.

O ponto médio dos militares já esteve mais a direita durante a ditadura, entretanto próximo do fim da ditadura, é possível perceber um deslocamento um pouco mais a esquerda, mas obviamente se mantendo na direita do aspecto político e pró-governo.

O grande protagonista dessa monografia, o MDB, responsável pela autoria da Emenda Dante de Oliveira e grande articulador político em torno da aprovação dessa emenda é um partido de oposição, que está na centro-esquerda do nosso modelo espacial, o ponto médio do parlamentar do MDB é praticamente o mesmo ponto médio que representa a PEC 05/1983, justamente por expressar o anseio de todo o partido, que a criou.

A sociedade civil obviamente estava contrária ao governo, as grandes manifestações exigindo Diretas Já demonstram o anseio popular, no início da PEC até sua votação as mobilizações crescem e desloca o ponto médio da sociedade civil cada vez mais para a esquerda e para a oposição.

O modelo espacial então fica assim:

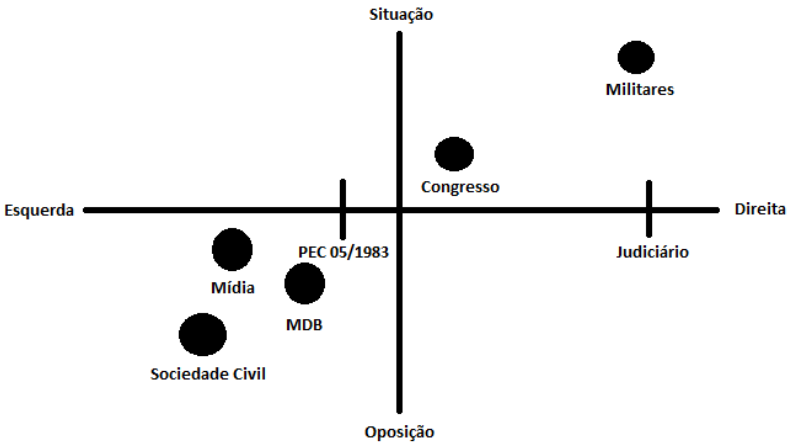

Figura 1 - Modelo Espacial: Emenda Dante de Oliveira.

Com isso podemos entender o porquê da Emenda Dante de Oliveira não ter sido aprovada, O Congresso estava localizado mais a direita do ponto médio que representa a PEC, apesar de ser apoiada pela sociedade civil, pelo MDB e pela mídia, não possuía o apoio da maioria necessária do Congresso. É importante relembrar que faltaram apenas 22 votos para a emenda passar e a ausência na votação foi muito grande, 113 deputados. Muitos com medo de votarem a favor da emenda e se indisporem com seus aliados militares ou de votarem contra a emenda e se queimarem com a sociedade civil e perderem suas reeleições. Através desse modelo espacial é verificável também, o sucesso das Diretas Já, que apesar da derrota do seu principal objetivo, as eleições diretas, resultando na eleição indireta de Tancredo Neves e na redemocratização. O desejo da sociedade civil está no extremo oposto do desejo do governo militar, entendemos também o porquê da indignação da sociedade civil com a rejeição da PEC. A Emenda Dante de Oliveira se aproximava mais do interesse do povo do que os dos próprios governantes.

4.1.5– Consequências da PEC 05/1938

Como já vimos nessa monografia, apesar da derrota no Congresso e o sentimento de tristeza e decepção gerado em todo um país, a emenda Dante de Oliveira foi determinante para a mobilização popular e foi fundamental para a redemocratização, visto que apesar da derrota na votação a mobilização a nível nacional causada pelas Diretas Já foi determinante para a vitória em Colégio

Eleitoral da chapa eleitoral da oposição liderada por Tancredo Neves (MDB). A emenda Dante de Oliveira foi de suma importância para o fim da ditadura militar, pois a resultou em uma politização das massas que foi fundamental para enfraquecimento do caráter autoritário do regime militar que foi cedente até a redemocratização do país

4.2. Introdução PEC 241/2016 e PEC 55/2016

As despesas públicas do país aumentam com muita velocidade e muito acima da inflação. Entre os anos de 1997 e 2015 o orçamento do Governo Federal cresceu em torno de 864, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu cerca de 300%. Com a crise econômica o crescimento dos gastos se transformou em um infortúnio, pois esse crescimento dificulta a realização de um ajuste fiscal. Pra piorar a queda de receitas agrava ainda mais esse problema. Como conseqüência era previsto um déficit primário de 170 bilhões de reais em 2016, sendo o maior registrado no país (BLUME, 2016).

A PEC do Teto de Gastos Públicos tem o intuito de limitar o crescimento das despesas do governo, o governo Temer acredita que essa é necessária para superar a crise econômica e financeira do país. A medida fixa para os três Poderes um limite anual de despesas. A medida é imposta para que se possa tentar reequilibrar as contas do país. Ao contrário do que a oposição tenta demonstrar, não existe um teto para saúde e educação, na verdade o que se tem é um piso, um valor mínimo nessas duas áreas essenciais (BOCCHINI, 2016).

Os favoráveis a PEC argumentam que a alterar as leis que regem as contas públicas é o caminho para melhorar e recuperar a competitividade da economia por meio de redução de salários e gastos públicos. Acreditam que é necessária a contenção de gastos para diminuir a dívida pública, que não para de subir e essa medida produzirá efeitos de restabelecimento da economia ao longo prazo (BLUME, 2016).

Os contrários a PEC acreditam que a diminuição do gasto irá afetar as políticas públicas favoráveis as classes sociais mais baixas, aquelas que são mais dependentes dos serviços do Estado, o que tende a piorar a qualidade de vida dessas pessoas desfavorecidas, sendo um retrocesso na diminuição da desigualdade social do país. Argumentam também que apesar da valorização do

salário mínimo acima da inflação sobrecarregarem as contas do governo, elas foram responsáveis por reduzir as desigualdades e movimentar a economia. A oposição ainda acredita que o pagamento com juros da dívida público não é atingido pela PEC (BLUME, 2016).

4.2.1 – Tramitação PEC 241/2016 e PEC 55/2016

No dia 15 de junho de 2016 a proposta, elaborada pelo Poder Executivo chega ao plenário com a justificativa de que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. Nesse mesmo mês foi encaminhada à Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) sujeito à apreciação do Plenário. Após receber, a comissão designa como relator o deputado Danilo Forte (PSB-CE). No final de julho o relator realiza o parecer pela admissibilidade.

Em agosto o deputado Alessandro Molon (REDE-RJ) apresenta o requerimento de retirada de pauta e em votação pelo processo nominal o requerimento foi rejeitado. Uma semana depois foi o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) quem pediu o requerimento de retirada de pauta que também foi rejeitado e o parecer foi aprovado e encaminhado para Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) para sua publicação. É criada então ainda em agosto uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda a Constituição nº 241-A, de 2016, do Poder Executivo, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal". Essa comissão especial recebe a PEC 241 e designa como seu relator o deputado Darcísio Perondi (MDB-RS) além também de definir como prazo para emendas à proposta de emenda à constituição, 10 sessões a partir do dia 12 de agosto de 2016.

Após a criação dessa comissão, vários deputados entraram com requerimento convidando nomes importantes para participarem da audiência pública a respeito da PEC 241. O deputado Valdir Collato (MDB-SC) solicitou a presença do Subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional, um representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBATIFE) e uma auditora fiscal. Já o deputado Odorico Monteiro (PROS) solicitou a presença do Secretário Geral dos Bispos do Brasil (CNBB), do residente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dos ministros da Fazenda, Saúde e

Educação, uma procuradora do Ministério Público Federal (MPF), um representante do Conselho Nacional da Saúde (CNS), o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e um professor da Universidade de Brasília e Representante do Fórum Nacional de Educação.

O deputado e relator Darcísio Perondi (MDB-RS) solicitou a presença dos ministros da Saúde; Fazenda; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Educação e um economista. Já o deputado Patrus Ananias (PT-MG) solicitou a presença de um doutor em Desenvolvimento Econômico, uma professora de Serviço Social da UERJ, um consultor da Câmara dos Deputados, um economista e doutor em saúde coletiva da UERJ, um professor e economista da UFRJ, uma professora de economia da UFRJ, um doutor em administração pública, uma especialista em bioética e saúde coletiva da UNB, o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, o ministro interino do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o Procurador Geral da República Rodrigo Janot, a ministra do STF Carmem Lúcia, o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de saúde, o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e um economista da UNICAMP.

Já a deputada Erika Kokay (PT-DF) solicitou a presença, para debater os impactos da PEC na saúde e na educação, de um economista, do presidente da Fundação Perseu Abramo (*Think-tank* do Partido dos Trabalhadores), de uma auditora fiscal aposentada da Receita Federal, de uma procuradora federal dos Direitos do Cidadão, do presidente da UNDIME, do presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e do presidente do CNS. Já a deputada Maria do Rosário (PT-RS) solicitou na audiência pública a presença, para debater os impactos da PEC na educação, da Procuradora de Justiça do Estado de Goias e presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, um representante da Campanha Nacional pelo Direito à educação, o reitor do Instituto Federal Sul-Riograndense e da reitora da UFRN. O deputado Danilo Forte (PSB-CE) também solicitou a presença de alguns nomes para debater em audiência pública o “Novo Regime Fiscal”.

No dia 22 de agosto de 2016, foram aprovados os requerimentos dos deputados Valdir Collato (MDB-SC), Odorico Monteiro (PROS-CE), Darcísio Perondi (MDB-RS), Patrus Ananias (PT-MG), Erika Kokay (PT-DF) e Maria do Rosário(PT-RS). No mesmo dia das aprovações desse requerimento o deputado Marcus

Pestana (PSDB-MG) também convidou alguns nomes para a participação da audiência, entre eles tiveram os ministros da Saúde e Educação. O deputado Marcus Pestana e o deputado Thiago Peixoto (PSD-GO) solicitaram a presença do Secretário de Acompanhamento Econômico, da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Houve novas solicitações por parte da deputada Maria do Rosário (PT-RS) também.

Desse dia 22 de agosto até o fim desse mesmo mês aconteceram mais requisições de participações de pessoas importantes em audiência pública por parte dos deputados, mas não irei citar todas para não se estender tanto. O que realmente vale ressaltar nesse tanto de nomes influentes, principalmente de economistas ou membros do alto escalão dos três poderes, é quão importante foi para o país e para o Governo Temer, a aprovação dessa emenda. Durante o prazo para colocarem emendas ao projeto, foram apresentadas 22 emendas.

No dia 10 de outubro de 2016 ocorreu o primeiro turno. O deputado André Moura (PSC-SE) solicita a retirada de pauta da PEC e tem requerimento negado por 308 votos contrários e 14 favoráveis. O deputado Afonso Motta (PDT-RS) solicita que a votação seja feita artigo por artigo e também tem requerimento negado por 305 votos contrários e 13 favoráveis. Em Plenário continuavam as tentativas no primeiro turno para barrar, através de requerimentos opositores tentam de tudo para barrar a PEC do Governo Temer. Finalmente no dia 25 de outubro de 2016, já entrando na madrugada do dia 26 de outubro, após varias tentativas de barrar a aprovação da PEC, a PEC 241 é aprovada no segundo turno na Câmara dos Deputados por deputados com 359 votos a favor e com direito a discussão do então presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) com a bancada do PT, e então a matéria é encaminhada ao Senado Federal.

Novamente vemos uma fidelidade partidária impecável do MDB, dos 64 votos do partido todos votaram pela aprovação da PEC do Teto de Gastos Públicos, os 64 votos representam que apenas o partido, sem contar toda sua coalizão, foi responsável por 17,82% dos votos a favor.

Ainda no fim de outubro a PEC 241, agora conhecida como PEC 55 no Senado chega a CCJ, onde o presidente da comissão o senador José Maranhão (MDB-PB) designou o senador Eunício Oliveira (MDB-CE) como relator. No mês de novembro ocorreu uma audiência pública destinada à instrução da matéria com a

presença de vários convidados. A oposição através dos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) realiza uma tentativa de destaque, solicitando a votação separada da emenda número 1, porém a presidência indefere o requerimento de destaque para votação separada da emenda e nesse mesmo dia o parecer é aprovado na comissão.

São realizadas cinco sessões de discussão, em primeiro turno, no Plenário do Senado Federal. No dia 29 de novembro de 2016 a PEC é aprovada, ressalvadas as emendas e os destaques, em primeiro turno com 61 votos a favor, 14 contra. Na votação em primeiro turno a oposição apresentarem três destaques. O primeiro deles foi referente à retirada do congelamento na saúde e educação, o segundo o pedido de um referendo popular no ano seguinte a esta votação para que a própria população decidisse sobre o novo regime fiscal, e por fim houve a sugestão de um limite de gastos para os pagamentos de juros e encargos da dívida pública da União. Todos os destaques, apresentados pela oposição que foram votados separadamente foram rejeitados.

Já no dia 13 de dezembro de 2016, a PEC aprovada em segundo turno por 53 votos a favor e 16 contra. Nesse dia a oposição apresentou dois destaques para votação em separado, o primeiro sobre aplicações mínimas em saúde e educação e o segundo referente à limitação de reajustes de despesa obrigatória. Ambos os destaques foram negados. Em relação aos votos do MDB, dos 15 membros presentes, 12 votaram favoráveis e 3 contrários. O MDB foi responsável então por 22,64% votos pela aprovação da PEC e obteve uma fidelidade partidária de 80%.

Com o resultado a base governista comemorou afirmando que essa medida é essencial para assegurar o reequilíbrio das contas do país, uma vez que os gastos públicos vêm de uma crescente. Os governistas declararam que o novo regime fiscal possibilitará a redução da taxa de juros, criando assim ambiente favorável para a volta do crescimento econômico. Já a oposição contestou afirmando que essa PEC impedirá investimentos públicos e causará ainda mais recessão e prejudicará os pobres, devido à redução de recursos nas áreas de saúde e educação.

4.2.2 Atuação do MDB na PEC 241 (segundo turno) na Câmara dos Deputados e PEC 55 (segundo turno) no Senado Federal.

Tanto na PEC 241 (Câmara) como na PEC 55 (nome que recebeu quando chegou ao Senado) analisarei a atuação do MDB na votação nos segundos turnos,

que foram os turnos responsáveis de fato pela efetivação da vitória do Governo Temer. Primeiramente vejamos como votaram os maiores partidos na Câmara dos Deputados, para a montagem do gráfico selecionei como votaram os 6 maiores partidos da Casa. Porém o que realmente nos importa é como atuou o MDB na votação da PEC 241.

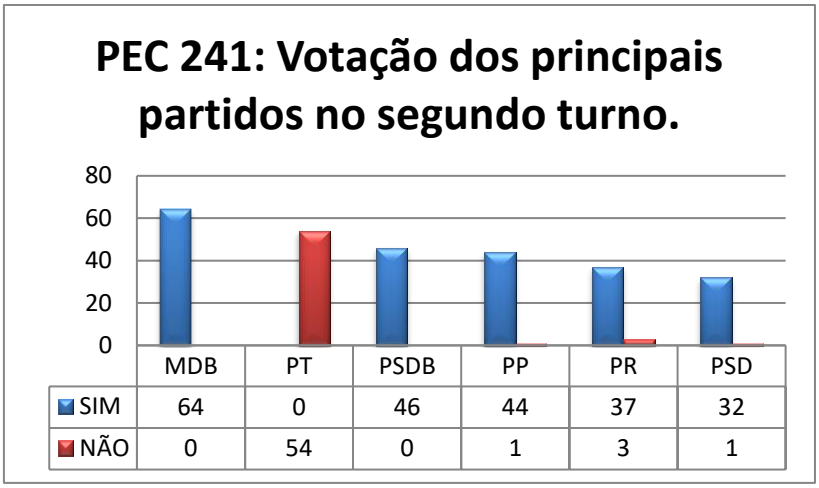

Gráfico 10 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Como votaram os principais partidos em segundo turno.

Ao contrário da votação da emenda Dante de Oliveira (onde foi o principal partido de oposição), na votação da PEC 241 o MDB é o principal partido governista, sendo o partido do Presidente da República Michel Temer. Com o maior número de cadeiras o MDB foi responsável pela maior quantidade de votos favoráveis à PEC do Teto de Gastos Público. Conforme vemos no gráfico, com exceção do PT (principal partido de oposição), os maiores partidos da Câmara dos Deputados votaram favoráveis à proposta do Governo Temer. No próximo gráfico, veremos como votaram os principais partidos governistas.

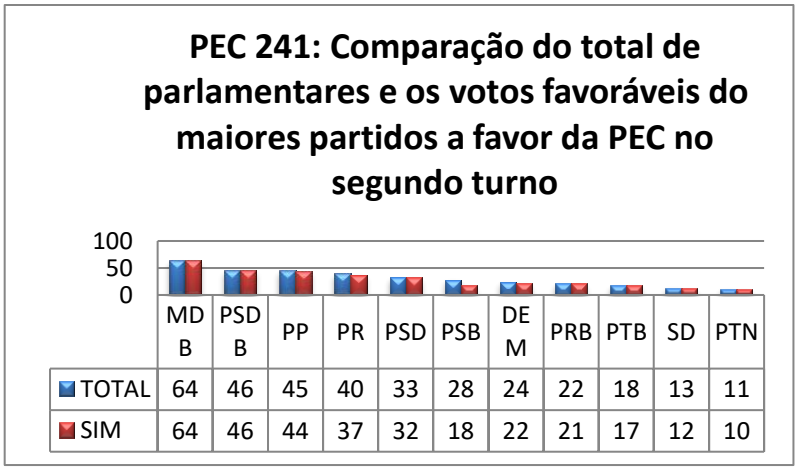

Gráfico 11 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Comparativo dos votos favoráveis dos maiores partidos a favor da emenda.

No meu gráfico estabeleci uma espécie de “cláusula de barreira” e dos partidos que votaram à favor, exclui aqueles que possuíam menos de 10 cadeiras para a composição do gráfico. Como esperado de um partido grande como o MDB, o partido liderou a coalizão governista com a maioria dos votos. MDB e PSDB os principais partidos governistas tiveram todos seus parlamentares votando a favor da PEC 241. Nos partidos PP, PSD, PRB, PTB, SD e PTN apenas um parlamentar votou contra a orientação do partido, foram os deputados: Rôney Nemer (PP-DF), Expedito Netto (PSD-RO), Lincoln Portela (PRB-MG), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Major Olimpio (SD-SP) e João Carlos Bacelar Batista (PTN-BA). Já no DEM a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) votou contra à PEC 241 e o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) apesar de contar para o quórum, não vota. O quarto maior partido governista, o Partido da República, teve oposição de 3 de seus parlamentares que não seguiram a orientação partidária, foram eles: Clarissa Garotinho (PR-RJ), Silas Freire (PR-PI) e Zenaide Maia (PR-RN). O PSB foi o partido mais fragmentado na votação, de seus 28 parlamentares, 18 foram favoráveis, 9 contrários e o deputado Bebeto – (PSB-BA) optou por se abster. Examinemos no próximo gráfico a coesão partidária desses partidos.

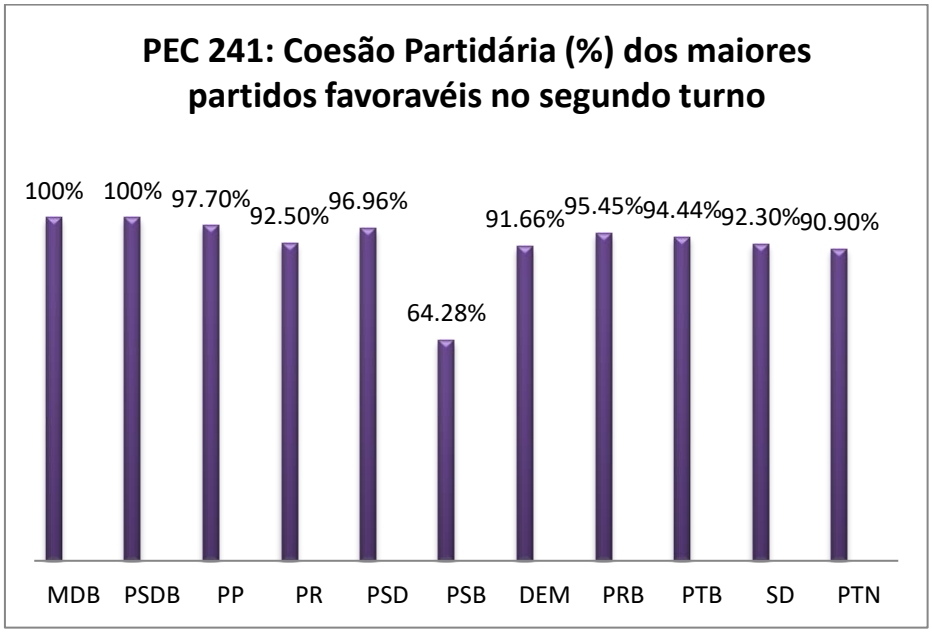

Gráfico 12 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Coesão Partidária dos maiores partidos favoráveis à emenda.

MDB e PSDB, os principais partidos governistas, possuem o nível máximo de coesão partidária, destaque maior para o próprio MDB que mesmo com quase 20

cadeiras a mais que seu principal aliado ainda assim conseguiu alta coesão partidária. Assim como na emenda Dante de Oliveira, quando atuou como oposição, o MDB novamente foi protagonista em uma votação importante para a história do país, dessa vez como partido na situação, atuou como principal responsável pela aprovação da proposta. Os demais partidos mantiveram o média semelhante de coesão partidária acima de 90%, já o PSB teve aproximadamente um terço de "traidores" do governo, resultando em sua baixa fidelidade partidária de 64,28%.

Como sabemos a PEC 241 foi aprovada em segundo turno com 359 votos a favor e 116 contrários, além de duas abstenções. Na oposição destacam-se os três principais partidos de oposição, aqueles que possuem mais de 10 cadeiras, são eles: PT, PDT e PCdoB. Notemos no próximo gráfico como votaram os principais partidos de oposição ao Governo Temer.

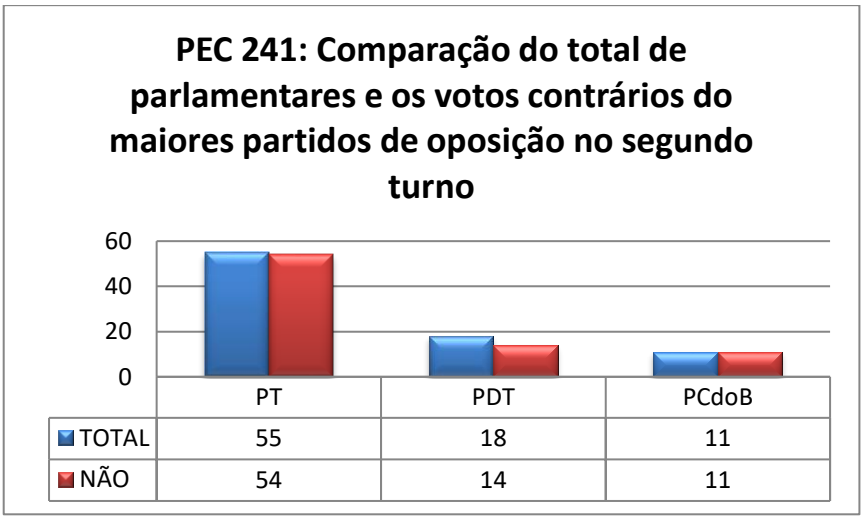

Gráfico 13 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Comparativo dos votos contrários dos maiores partidos contra a emenda.

O Partido dos Trabalhadores, maior partido de oposição, tiveram todos seus deputados votando contra, com exceção do deputado Gabriel Guimarães (PT-MG) que optou por se abster. O PDT, responsável pela segunda maior bancada de oposição ao Governo Temer, teve quatro "traidores" que votaram favoráveis a PEC 241. Foram os deputados: Carlos Eduardo Cadoca (PDT-PE), Damião Feliciano (PDT-PB), Flávia Morais (PDT-GO) e Mário Heringer (PDT-MG). Já no PCdoB, todos os seus 11 parlamentares votaram contrários à proposta. Juntos esses 3 partidos obtiveram 79 dos 116 votos contrários. Atentemos agora no próximo gráfico sobre a coesão partidária desses três partidos.

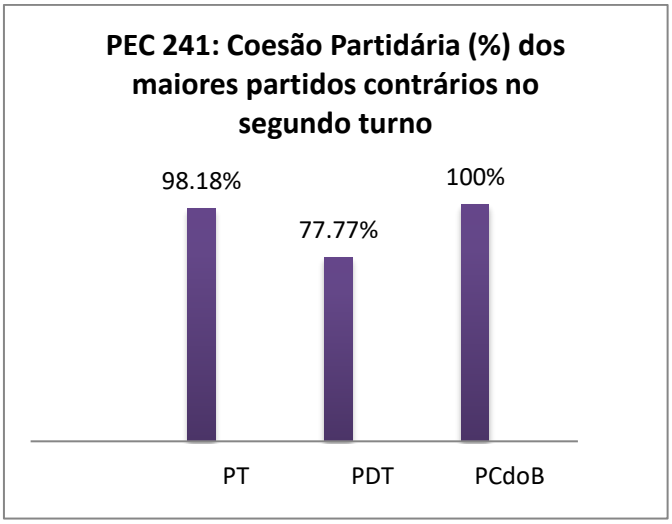

Gráfico 14 - Emenda do Teto de Gastos Públicos: Coesão Partidária dos maiores partidos contrários a emenda.

Devido à abstenção de um dos seus deputados, o PT não conseguiu ter 100% de coesão partidária, mas ainda assim foi responsável por um expressivo de votos contrários a proposta do governo do MDB, já o PDT se aproximou da casa dos 77,77% de coesão partidária. O PCdoB, como visto anteriormente, conseguiu que todos seus parlamentares seguissem a orientação do partido, chegando então a 100% de coesão partidária.

A atuação do MDB nessa votação equivale a 17,82% dos votos favoráveis, somado ao seu principal aliado político, o PSDB, chegam a aproximadamente 30,64% dos votos favoráveis. Quando Temer assume após o impeachment de Dilma Roussef, podemos dizer que nesse primeiro ano o Congresso ainda estava em lua de mel com o novo presidente, dessa forma não foi tão difícil para o MDB se articular e conseguir o número de votos necessários para a aprovação. Com essa aprovação em segundo turno na Câmara dos Deputados, a PEC se dirigiu ao Senado Federal, onde recebeu o nome de PEC 55.

Assim como na Câmara, no Senado Federal o MDB também possuía o maior número de cadeiras, por conseqüência o maior número de votos. Dessa vez ao contrário das duas votações analisadas na Câmara dos Deputados, o MDB no Senado não alcançou os 100% de coesão partidária, porém ainda assim foi o principal responsável pela aprovação da PEC do Teto de Gastos Públicos. Como analisado na PEC 241, na PEC 55 também será analisado apenas a votação no segundo turno e começaremos analisando como votaram os sete principais partidos no Senado (aqueles que possuem quatro ou mais senadores).

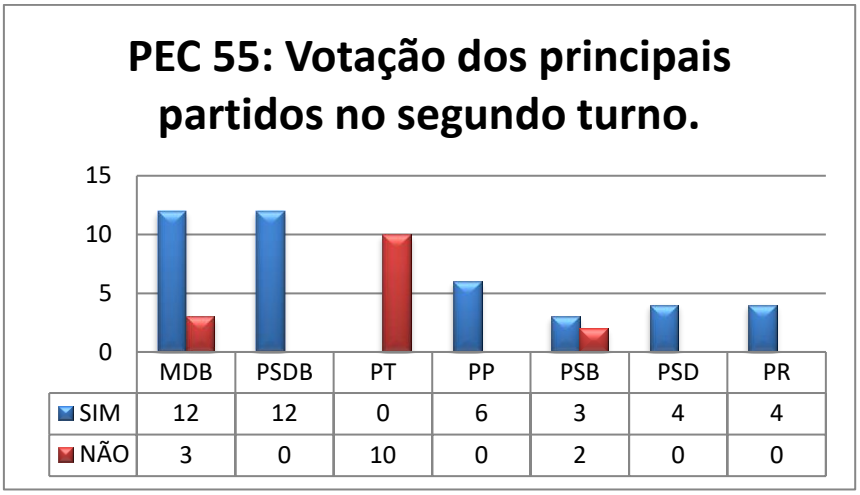

Gráfico 15 - Emenda do Teto de Gastos Púbicos no Senado: Votação dos principais partidos no segundo turno

Responsável por 22,64% dos votos favoráveis a PEC, o MDB dessa vez não possuiu a maioria isolada dos votos, dessa vez foi acompanhado de seu principal aliado político o PSDB com a mesma quantidade de votos, juntos os partidos correspondem a 45,28% dos votos favoráveis. O PT novamente sendo o principal partido de oposição, com um número significativo de cadeiras também no Senado Federal. Assim como na Câmara dos Deputados, o PSB novamente votou muito fragmentado. Além dos 12 votos favoráveis e 3 contrários do MDB, houve também a abstenção do Presidente do Senado Federal Renan Calheiros (MDB-AL). A seguir veremos de quais partidos vieram os 53 votos favoráveis a proposta.

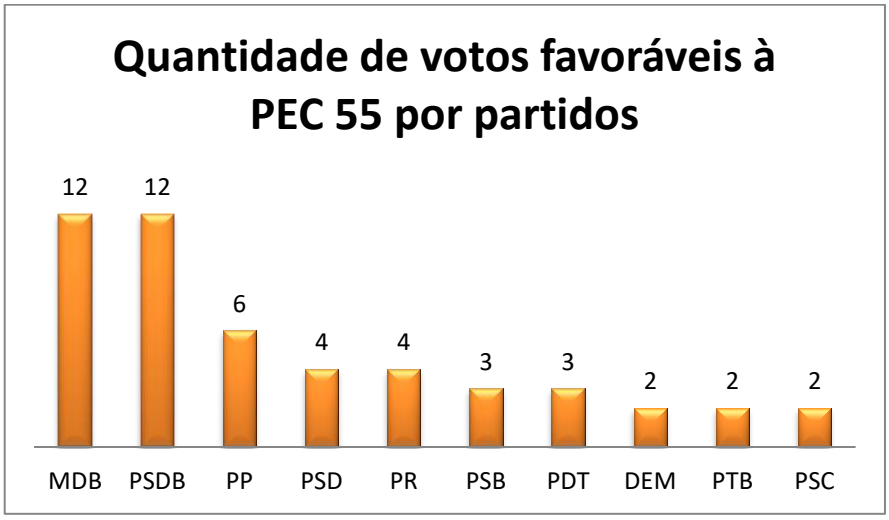

Gráfico 16 - Emenda do Teto de Gastos Públicos no Senado: Votos favoráveis por partidos.

Apesar de “infiéis” ao partido, o MDB, ao lado de seu principal aliado PSDB lideraram a quantidade de votos favoráveis no Senado, com 12 votos cada. Na tabela

acima coloquei todos os partidos que possuíam dois ou mais senadores que votaram a favor. Esses partidos citados representam 50 dos 53 senadores favoráveis a PEC. Os outros três são os senadores: Reguffe (Sem Partido-DF), Cristovam Buarque (PPS-DF) e Alvaro Dias (PV-PR). Uma surpresa nessa votação é que o aliado histórico do PT, o PDT inteiro votou todos a favor da referida PEC, porém todos os três senadores votaram contra a orientação do partido e ocorreu retaliação. Em 2017 após decisão executiva do PDT, o senador Telmário Mota (PDT-RR) foi expulso do partido e logo se filiou ao PTB. O senador Lasier Martins (PDT-RS) ainda em 2016 saiu do partido e se juntou ao PSD. O terceiro voto contrário ao partido foi de um segundo suplente, o senador Pastor Valadares (PDT-RO), que assumiu a vaga do senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO), após a licença do primeiro suplente Gilberto Piselo (PDT-RO). Em 2017 o Pastor Valadares saiu do PDT e se filiou ao PSC.

Os votos contrários como visto no primeiro gráfico referente à PEC 55 vieram 10 do PT, 3 do MDB e 2 do PSB, para totalizar os 16 votos contrários teve 1 voto PCdoB. Os três senadores que não seguiram a orientação partidária do Governo Temer foram: Dário Berger (MDB-SC), Roberto Requião (MDB-PR) e Kátia Abreu (MDB-TO). Essa última foi expulsa após decisão do conselho de ética do MDB em 2017, não foi a primeira vez que a senadora votou contra os interesses do partido, além de ter votado contra o impeachment de Dilma Roussef, a mesma se posicionou contra medidas do presidente Temer. A senadora, agora filiada ao PDT, em reportagem ao G1, afirmou ter sido expulsa não só por defender posições que desagradam o governo, mas também porque disse não a cargos, privilégios ou regalias do poder.

4.2.3. Modelo espacial

Como feito anteriormente com a emenda Dante de Oliveira, também analisei o modelo espacial da PEC do Teto de Gastos Públicos, analisando o ponto mediano das principais instituições envolvidas no processo.

O Poder Judiciário historicamente é conservador e na votação da emenda do Teto de Gastos Públicos não foi diferente. O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (MDB), foi ao STF dizer sobre a necessidade da referida emenda e a presidente do STF em 2016, ministra Cármen Lúcia, afirmou que Meirelles demonstrou ao judiciário a necessidade da aprovação da referida emenda que também respeitava a autonomia do Poder Judiciário.

A mídia nesse momento esta divida em relação a PEC 241 ou PEC 55, alguns portais de noticiais e grandes jornais defendem a necessidade da aprovação da emenda, mas por outro lado temem “congelamentos”. Ainda assim comparando as principais fontes midiáticas, a maioria é a favor da aprovação, por esse motivo a mídia fica ao centro, porém um pouco mais para a direita.

O Congresso ainda estava em “lua de mel” com o presidente Michel Temer (MDB), é comum na historia do Brasil durante o primeiro ano do mandato de um presidente, o mesmo ter mais facilidade para aprovar propostas no legislativo, visto que no primeiro ano de um novo presidente o legislativo está mais tranqüilo para negociar, a oposição ainda é discreta, por isso é comum dizermos que no Brasil é normal o Congresso está em “lua de mel” com o presidente. Por esse motivo a emenda não teve dificuldade para aprovação na Câmara e no Senado.

Em um governo democrático os militares não opinam em torno de questão políticas, ainda assim os militares do Brasil possuem um posicionamento conservador, um posicionamento contra o comunismo, sendo assim seu ponto médio será representado a direita nesse modelo espacial.

O nosso protagonista desse trabalho, o MDB, se encontra mais para a centro-direita, durante todo o processo do impeachment de Dilma, o MDB, representado na figura do atual presidente Michel Temer, se distancia da esquerda, representada pelo PT com objetivo de se distanciar de um governo que estava em crise política e se posicionando como alternativa para resolução dos problemas.

A sociedade civil após manifestações históricas, que superaram até mesmo as Diretas Já, pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, se desloca para a centro-direita. Uma sociedade que já estava polarizada desde as eleições de 2014, quando descoberto as pedaladas fiscais do governo Dilma, começa uma guinada a direita. Entretanto ainda assim a maioria da sociedade é contra o Governo Temer e suas propostas.

O modelo espacial fica assim:

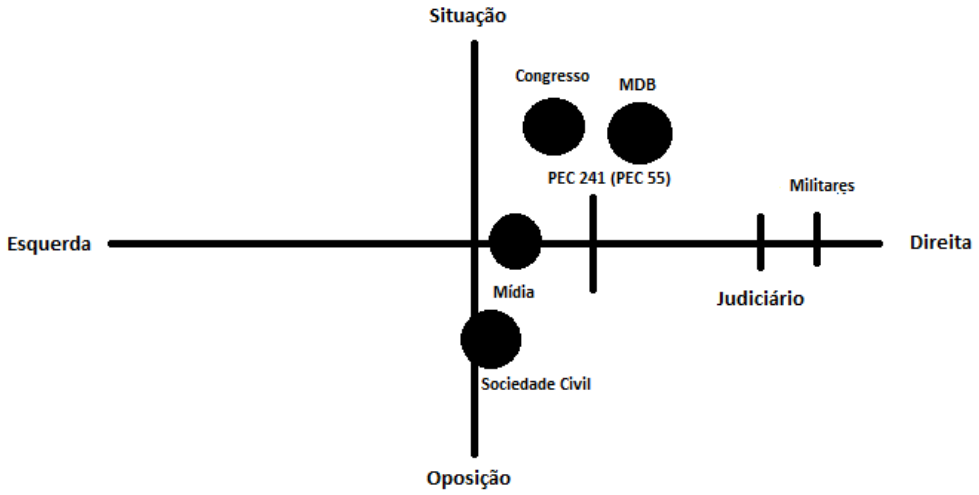

Figura 2 - Modelo Espacial: Emenda do Teto de Gastos Públicos.

Analisando o ponto médio de cada instituição demonstrada no modelo espacial acima, conseguimos entender o porquê do sucesso do Governo Temer em aprovar essa proposta, apesar de oposição a Sociedade Civil está mais conservadora que antigamente, então mais propensa a aceitar tal proposta. A mídia não demonstra tanto influência como nas Diretas Já, em um posicionamento neutro que não se define como oposição nem situação, porém também está mais a direita e propensa de aceitar as medidas que tal emenda promove. O ponto médio do Congresso é o que melhor justifica a aprovação, pois esse é o responsável pela votação e está próximo do ponto médio da PEC votada.

4.2.4. Consequências das PEC's 241 e 55 de 2016.

A emenda limita por 20 anos os gastos federais ao Orçamento do ano anterior corrigido pelo IPCA, agora o governo poderá gastar o mesmo valor que foi gasto no ano anterior, corrigido pela inflação. De 2018 em diante o limite orçamentário será calculado pela variação do IPCA de 12 meses do período encerrado em junho do ano anterior. Caso os limites não sejam cumpridos os Poderes ou seus órgãos vinculados ficaram impedidos no exercício seguinte de contratar, reajustar salários, realizar concursos públicos e criar novos gastos até que os gastos retornem ao limite do teto. A PEC também afeta o salário mínimo que deixará de ter um aumento real,

aquele aumento acima da inflação caso o governo ultrapasse o limite de despesas, isso é, caso o governo gaste mais do que o fixado em lei (BOCCHINI, 2016).

4.3. Comparando as duas votações

Compararemos agora a atuação do MDB nas duas votações, mais especificamente nas votações na Câmara dos Deputados, pois a emenda Dante de Oliveira não chegou ao Senado. Como já analisado anteriormente neste trabalho, a PEC do Teto de Gastos Públicos foi aprovada em segundo turno, por esse motivo só trabalharei com a votação do segundo turno da Câmara. Durante minha análise da votação do MDB na PEC 05/1983, analisei a quantidade de votos por região dos deputados. Após uma análise de nome por nome dos deputados do MDB que votaram a favor da emenda do Teto de Gastos Públicos, cheguei ao resultado que dos 64 votos favoráveis 11 foram da região norte do país, 15 do nordeste, 5 do centro-oeste, 18 do sudeste e 15 do sul.

São diferentes contextos em torno dessas duas votações, no primeiro contexto o MDB surge após um bipartidarismo forçado pelo regime militar que concentrou todas as oposições em um só partido, isso justifica o grande número de cadeiras do MDB durante a votação da emenda Dante de Oliveira. No segundo momento o MDB não é mais o representante das oposições, e com o sistema democrático instaurado, a representatividade aumentou, logo a fragmentação partidária do Brasil cresceu e novos partidos surgiram e em relação aos anos 80 o número de deputados do MDB em 2016 caiu. Porém ainda assim as 64 cadeiras do MDB representam a maior bancada da Câmara, sendo o principal partido da coalizão governista, além de ser o partido do atual presidente.

Sendo justo com momentos distintos da história do partido, farei uma comparação da quantidade de votos em porcentagem a comparação de deputados do partido por região seguirá o principio da proporcionalidade. Já que o partido possui 100% de coesão partidária nas duas votações, a quantidade de votos do partido em cada votação das PECs representará os 100% de votos nacionais, sendo assim o calculo proporcional no primeiro momento será feito com os 200 votos favoráveis representando os 100% e os 64 votos favoráveis no segundo momento, serão também a referência dos 100% de votos por região. Agora veremos no gráfico a seguir a força de cada região do país no MDB em diferentes votações históricas.

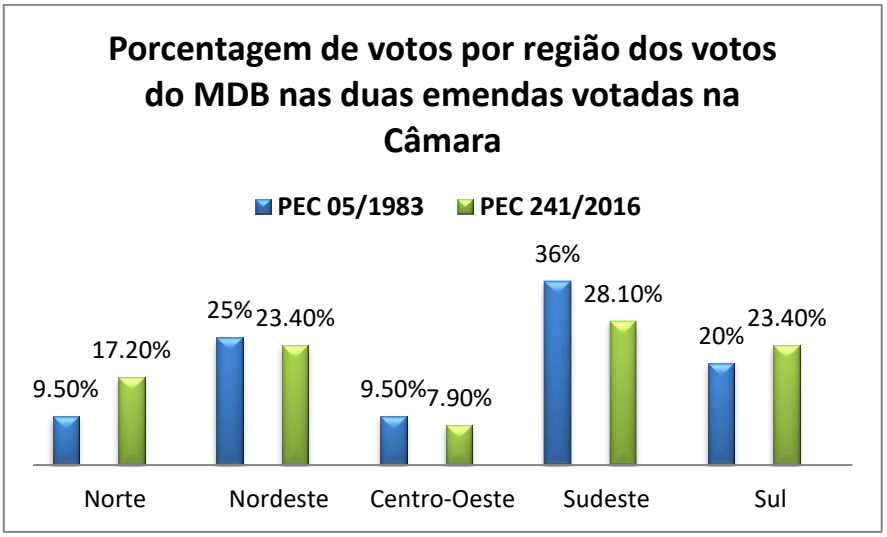

Gráfico 17 - Comparativo das emendas Dante de Oliveira e a do Teto de Gastos Públicos: Votos por região do MDB.

São 33 anos que separam essas duas votações e nesses 33 anos vemos que em algumas das regiões houve uma mudança significável da força do MDB nessas localidades. Nesses 33 anos a força do MDB na região norte teve um aumento significativo de 7,7% em relação a votação da emenda Dante de Oliveira. As cadeiras do MDB em 1983, na região norte, representavam apenas 9,50% do total, em 2016 esse número aumentou consideravelmente para 17,20%, é o maior crescimento proporcional do partido por região. Já as regiões nordeste e centro-oeste houve apenas um pequeno decréscimo. No sudeste, região que possui o maior número de parlamentares do país, a queda do MDB é justificável pela fragmentação partidária e o crescimento dos novos partidos, no sudeste o MDB passa a ter que dividir sua força política com outros partidos. Na região Sul houve também um pequeno acréscimo de 3,40% em relação a 1983. Um fato curioso sobre essas duas votações é que em 1983 o número de votos oriundos do norte e do centro-oeste eram os mesmos, já em 2016 o mesmo ocorre com as regiões nordeste e sul do país.

Aplicaremos agora o modelo de espacial adaptado da obra de Shepsle para analisarmos as diferenças dos pontos medianos das instituições nos dois momentos das duas emendas, primeiro vejamos sobre cada uma delas. Cores distintas serão utilizadas no modelo espacial para diferenciação dos pontos médios nos momentos de cada emenda

O Poder Judiciário, representado pelo STF, durante a votação da emenda Dante de Oliveira e a emenda do Teto de Gastos Públicos, não interferiu de forma alguma, mantendo seu caráter autônomo das questões executivas e legislativas. Por esse motivo seu ponto médio não será alterado, se mantendo sempre numa posição mais conservadora que a dos outros poderes, que costumam variar de acordo com o governo.

A mídia na PEC 05/1983 se encontrava a esquerda, se posicionando a favor das eleições diretas e a redemocratização. Já em 2016, 33 anos depois, vemos um deslocamento para a direita porque na PEC 241 apesar de grande indecisão a respeito da emenda nos meios midiáticos, a maioria é a da emenda. Temos então uma deslocação para a direita do ponto médio da mídia brasileira em relação a essas duas propostas.

O Congresso na votação durante o período militar estava mais a esquerda e não tinha os votos necessários para a aprovação da emenda não passando nem pela Câmara dos Deputados. Em relação a 1983, o Congresso Nacional em 2016 está mais a direita, ocorreu assim um deslocamento do Congresso para a direita do que era em 1983.

Os militares que na primeira proposta analisada exercia um papel direto na votação, sendo o principal responsável pelas grandes ausências dos integrantes do PDS que não foram por medo. Já em 2016, no regime democrático, temos militares que não se envolvem em questões políticas, por esse motivo em relação a 1983 há um deslocamento para a esquerda, onde os militares saem da extrema direita em direção a uma direita mais “moderada”.

O MDB responsável pela elaboração das duas emendas e o partido que surpreendentemente conquistou a maioria dos votos favoráveis nos dois casos e ainda com 100% de coesão partidária. Obviamente nos dois casos o ponto mediano do MDB esteve próximo ao ponto médio da PEC formulada pelo partido. Em relação a 1983, na emenda Dante de Oliveira o ponto médio do MDB no período da emenda do Teto de Gastos Públicos sai de uma posição de oposição de esquerda e se desloca para uma posição governista de centro-direita.

A sociedade civil que em 1983-1984 se manifestaram nas ruas pedindo a aprovação da emenda Dante de Oliveira e a redemocratização na maior manifestação da história do país da época, se deslocou para a direita em 2016 quando meses antes da PEC do Governo Temer, lotou as ruas do país exigindo o

impeachment de Dilma Rouseff (PT) superando em números as manifestações das Diretas Já em 1983-1984.

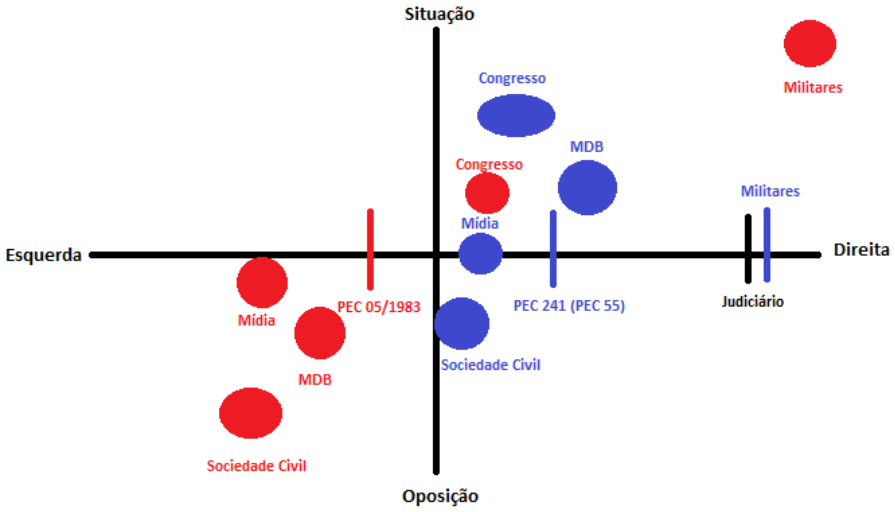

Figura 3 - Modelo Espacial: Emenda Dante de Oliveira e Emenda do Teto de Gastos Públicos.

O vermelho representa as instituições na época da votação da Emenda Dante de Oliveira, já o azul representa essas instituições na emenda do Teto de Gastos Públicos. A mídia se desloca para a direita e não tem posicionamento certo sobre situação ou oposição, ficando então em cima da linha. O Congresso nos dois momentos era parecido ideologicamente, no segundo momento o MDB estava no governo, por isso conseguiu a aprovação de sua emenda. A sociedade civil em 2016 se desloca para a direita, ficando mais próxima da emenda, porém ainda assim é em sua maioria oposição ao Governo Temer e sua proposta de teto de gastos. Os militares se deslocam para baixo indo para uma posição de neutralidade porque no governo democrático deixa de exercer papel político e se desloca levemente pra esquerda (porém ainda se mantendo bem à direita) perdendo seu caráter autoritário. O Poder Judiciário se mantém sempre neutro e conservador, já o MDB nos dois momentos está próximo a sua referida PEC, no último por está mais próximo ao Congresso, conseguiu a aprovação.

5. Repercussão na mídia das duas emendas.

Nesse capítulo veremos de forma rápida como foi a repercussão dessas duas importantes emendas formulados pelo Movimento Democrático Brasileiro, quais foram suas repercussões na mídia e sua importância mesmo após o resultado. A primeira delas que resultou em um marco histórico para a história do Brasil, um dos maiores movimentos populares já vistos. A outra mais recente, que foi motivo até de debate presidencial nas eleições de 2018.

5.1 Repercussão da emenda Dante de Oliveira

ENCADERNAÇÃO

FOLHA DE S. PAULO

Use preto pelo Congresso Nacional

A NAÇÃO FRUSTRADA!

Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar diretas

EDITORIAL

Cai a emenda, não nós

SIM

NÃO

AUSENTES

ABSTENÇÕES

Figura 4 - Folha de São Paulo: A Nação Frustrada! Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar diretas.
Fonte: <http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/emenda-dante-de-oliveira-e-rejeitada/>. Acesso em: 23 set. 2018.

No portal Memórias da Ditadura, é possível encontrar essa imagem da revista Folha de São Paulo (1984), um dos principais jornais da época, que publicou uma manchete após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados. Segundo a reportagem que começa com uma pequena tarja preta com as escritas “Use preto pelo Congresso” demonstrando o luto e a tristeza da população brasileira. A nação brasileira estava frustrada, o sonho de aprovar as diretas foi derrubado com

grande número de abstenções que resultou na falta de 22 votos a favor da aprovação da emenda. Notamos que nesse a mídia atuou de forma imparcial, com intuito de despertar um sentimento no brasileiro, não foi apenas para informar e sim para demonstrar toda indignação com o resultado dessa votação.

JORNAL DO BRASIL

298 sim 65 não 113 ausentes

CONGRESSO REJEITA DIRETAS

Figura 5 - Jornal do Brasil: Congresso rejeita diretas
Fonte: <http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/emenda-constitucional-dante-de-oliveira/> Acesso em: 23 set. 2018

Já no site História Brasileira é possível encontrar essa imagem do Jornal do Brasil (1984), uma notícia mais parcial e sensata, não tendo o intuito de provocar nenhum sentimento ao povo, apenas demonstrar objetivamente o resultado negativo da votação na Câmara dos Deputados.

O jornal Estado de São Paulo (1984) acompanhou toda a movimentação da emenda Dante de Oliveira, no dia da votação em 25 de Abril de 1984, o Estado de São Paulo apontou que uma multidão lotou as galerias do Congresso para assistir a essa votação, a notícia desse dia é a que vimos na imagem a seguir:

O ESTADO DE S. PAULO

25 de abril: em votação, diretas já

Muita violência no fim da passeata em Brasília

Inflação diminui este mês, garante Pastore

EUA pressionam País a liberar importações

Para Reagan, EUA e China deterão russos

Figura 6 - O Estado de São Paulo: 25 de abril: em votação, diretas já
Fonte:< https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-30-anos-emenda-dante-de-oliveira-era-rejeitada,9994,0.htm>. Acesso em 23 set. 2018.

No dia 26 de Abril de 1984 o mesmo Estado de São Paulo (1984) publicou uma nova notícia, afirmando que não tiveram votos suficientes para a aprovação da emenda Dante de Oliveira:

O ESTADO DE S. PAULO

Faltam votos para as diretas já

Poupança terá maior estímulo

O País na vigília da esperança

No plano, o estado de emergência

Sem censura

Socialistas contra um projeto de Mitterrand

Figura 7 - O Estado de São Paulo: Faltam votos para as diretas já
Fonte:< https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-30-anos-emenda-dante-de-oliveira-era-rejeitada,9994,0.htm>. Acesso em 23 set. 2018.

Já no dia 27 de Abril de 1984, o Estado de São Paulo (1984) revelou o sentimento que percorria o coração dos brasileiros, o clima de euforia pelas diretas

que estava por todo o país, foi derrubado com o resultado e o que restava era apenas a tristeza e a decepção, como vemos a seguir:

Em todo o País, tristeza e decepção

Na Sé, troca de idéias sobre o próximo passo

"Calma, calma. A luta continua"

A Colsan agradece os doadores de sangue tipo A, B, AB e O.

E aproveita para convocar doadores de sangue tipo Cr$.

Figura 8 - Estado de São Paulo: Em todo o País, tristeza e decepção
Fonte:< https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-30-anos-emenda-dante-de-oliveira-era-rejeitada,9994,0.htm>. Acesso em 23 set. 2018.

Recentemente a Folha de São Paulo (2014), 30 anos depois, foi responsável por uma reportagem exaltando a emenda Dante de Oliveira, que mesmo rejeitada, segundo a revista foi responsável por inspirar a maior campanha cívica da história do Brasil, o famoso movimento das Diretas Já!

A mídia dos anos 80, em grande parte, se demonstrou ao lado do povo brasileiro noticiando o sentimento provocado com a rejeição da emenda, claramente nesse caso a mídia teve um papel fundamental para despertar ainda mais a indignação, a tristeza e a decepção do brasileiro. A imprensa foi essencial para o crescimento das mobilizações, que resultaram com a vitória nas ruas, quando finalmente chegou a hora do voto direto.

5.2 Repercussão da emenda do Teto dos Gastos Públicos

A Folha de São Paulo (2016) soltou uma notícia explicando como funcionava a PEC e porque ela não tira o país da recessão, mas ajudaria. O jornal Gazeta do Povo, através do Instituto Politeia, publicou um artigo defendendo a Teto dos Gastos

Públicos, afirmando que era excelente até pra os mais pobres e a apelidando de PEC da Esperança das Novas Gerações ou PEC do Equilíbrio e do Enriquecimento Sustentável. A revista Exame, através do Instituto Millenium (2018), também publicou um artigo em defesa da PEC do Teto dos Gastos Públicos, apontando que o teto de gastos melhora a gestão das contas públicas. A revista Época (2016) demonstrou que sem o teto de gastos, o desemprego e a pobreza aumentariam. Ainda apontou que a PEC exige sacrifícios, mas provocou um debate realista sobre a situação econômica do Brasil.

A importância da PEC do Teto de Gastos Públicos do governo Temer (MDB) é tão evidente que foi tema de questionamentos para os candidatos a presidência nas eleições de 2018. Quase dois anos depois de sua aprovação, a polêmica PEC é considerada um importante na hora da decisão do voto do eleitor. Em setembro de 2018 a revista Veja apurou o posicionamento de alguns candidatos em relação a essa emenda constitucional como veremos a seguir.

. O candidato Álvaro Dias (Podemos) afirmou que o teto precisa ser revisto em 2019, pois sem a Reforma da Presidência, o aumento com gastos de aposentadorias reduzirá a capacidade de investir e arcar com suas responsabilidades. Já Ciro Gomes (PDT), afirmou que a medida é de uma “estupidez impraticável” e sufoca as possibilidades de investimento no Governo.

Fernando Haddad (PT) defende a revogação da medida, pois acredita que a PEC impede os investimentos nas áreas da saúde e da educação. Geraldo Alckmin (PSDB) defende que deve haver um ajuste e não uma revogação, o candidato do PSDB se preocupa com o fato de que a inclusão do investimento dentro do teto, como gastos com pessoal e Previdência crescem continuamente e os novos gastos ficariam achatados. Guilherme Boulos (PSOL) é a favor da revogação da PEC.

Henrique Meirelles (MDB), obviamente defende a medida, visto que na época era Ministro da Fazenda e foi um dos responsáveis pela proposta, que segundo o candidato do MDB, é uma medida necessária para o equilíbrio das finanças públicas. Jair Bolsonaro (PSL) votou a favor da PEC. João Amoêdo (NOVO) considerou a medida necessária e positiva. João Goulart Filho (PPL) é contra e propõe a revogação da medida. José Maria Eymael (DC) é contra por acreditar que a PEC engessa os gastos com saúde e educação.

Marina Silva (Rede) é contra por acreditar que a PEC aprovada pelo governo Temer é um golpe nas políticas públicas, a candidata da Rede defende que os

gastos devem ser controlados através de lei orçamentária e não com mudança na Constituição. Vera Lúcia (PSTU) é a favor da revogação da PEC.

Por ser uma emenda recente, a mídia provavelmente ainda noticiará muitas noticias em torno dessa medida. Pois em 2019 dependendo dos novos parlamentares que assumirem essa emenda pode ser mantida, alterada ou até mesmo revogada.

6. Importância do partido no cenário político brasileiro

A importância do MDB no cenário político desde sua origem é irrefutável e após o retorno à democracia, o partido é primordial em toda coalizão governista. De um lado o governo preciso do apoio do partido para que haja governabilidade, isso ocorre especialmente pelo seu peso e sua centralidade, conceitos que serão retratados com maior profundidade adiante. Um fato curioso e que retrata a importância do partido na base governista foram os dois casos de impeachment de presidentes que de certa forma tentaram governar sem o principal partido político do país. O MDB foi crucial no impeachment contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello (PRN) em 1992, esse renunciou antes do término do processo, e a ex-presidente Dilma Vana Rousseff (PT) em 2016. Por outro lado, o MDB atual é um partido governista, ou seja, é interessante ao partido fazer parte da coalizão governista para que possa exercer todo seu comando político e manter-se como protagonista no cenário político brasileiro, controlando alguns ministérios.

Natália Maciel (2014) em sua tese frisa que desde a proclamação da Constituição de 1988 até o governo Lula de 2010 o MDB esteve presente na grande maioria das coalizões, ficando de fora apenas das coalizões do governo Collor, quando atuou como oposição e no primeiro do governo Lula, que optou, a princípio, pela estratégia de manter na coalizão governista apenas aqueles partidos que fizeram parte da coligação eleitoral. Atualizando a análise da autora, o MDB também se fez presente na coalizão governista de 2014, totalizando então 16 de 20 coalizões desde 1988. Consumando um total de 80% de participação nas coalizões governistas, uma porcentagem expressiva que representa bem o peso do partido.

Maciel recorre à teoria dos jogos para explicar a importância do MDB na política brasileira, abordando o conceito de jogador central e jogador dominante. No qual o jogador central é aquele que se localiza no centro do aspecto ideológico e por consequência é capaz de fazer coalizão com governos dos dois polos ideológicos e o jogador dominante que é representado pelo seu peso no Congresso, pelo seu número de cadeiras no parlamento. A autora conclui que o partido em alguns momentos foi central e dominante ao mesmo tempo, porém nem sempre ele é dominante. Apesar de não ter em todo mandatos o maior número de cadeiras o MDB geralmente possui um peso respeitável e uma coalizão sem o apoio do partido, dificilmente será majoritária e por consequência terá baixa governabilidade. O

Movimento Democrático Brasileiro é um partido que sempre é central e aliado ao seu peso, é o partido que possui maior poder de barganha em nosso sistema político.

6.2 Peso e centralidade

O partido possui duas fundamentais características que o tornam o integrante “perfeito” de uma coalizão. A primeira delas é sua centralidade ideológica, oriunda principalmente dos moderados da época do regime militar e dos novos objetivos após a redemocratização. A outra é o seu peso, evidenciado pelo seu número de parlamentares nas duas casas do Congresso. Para o Executivo, um aliado com o MDB é um enorme benefício para aprovar sua agenda, visto que desde a redemocratização (1985), todos os presidentes do Senado eram membros do MDB, com a notável exceção de Antonio Carlos Magalhães que presidiu o senado entre 1997 e 2001 (MACIEL, 2014).

O MDB é um partido que se aproxima do modelo de partido denominado “catch-all”. O modelo de *catch-all* é aquele que possui uma fraca presença ideológica como justificativa essencial para buscar votos de todos os lados. Isso se da devido à falta de um programa nítido que aproxime o partido a alguma base ideológica (MACIEL, 2014).

Sendo assim é comum termos um grande número de parlamentares no partido com discursos distintos, o peso do partido é resultado de sua heterogeneidade. O MDB é conhecido como um partido que “atira para todos os lados”, adaptando-se sempre a situação para se manter no poder. Em determinada situação o MDB pode se colocar mais a esquerda do aspecto ideológico, em outras a direita, podemos ver que em determinado estado o diretório regional irá fazer a aliança que for mais vantajosa para se manter no poder, independente da ideologia. Logo demonstra essa característica de “pegar todos”, que além de pegar todos os votos possíveis, se estende a todos os candidatos possíveis. Essa sua flexibilidade é garantida principalmente pelo fato de estar no centro do aspecto ideológico, essa é uma característica intrínseca e inteligente adotada pelo partido. Também pode ser pejorativamente denominado como um partido que sempre corre atrás daquele que está no poder, um partido interesseiro.

Para entendermos ainda melhor as origens da centralidade e do peso do MDB, utilizamos o conceito de *path-dependence* ou dependência de trajetória. Mahoney (2000), citado por Maciel (2014), afirma que Dependência de trajetória é uma ação originada por um acontecimento em um ponto específico no tempo que fortalece a trajetória tomada por uma instituição (no caso, o partido), mesmo na ausência desse acontecimento. No momento que o partido é criado, existe uma eventualidade, logo as razões por trás da criação do partido são diferentes daquelas que sustentam no decorrer do tempo.

A eventualidade é visível logo no surgimento do partido, por meio da instauração do bipartidarismo, que resultou na vinda de parlamentares oriundos dos partidos extintos, e no momento em que são criados os diretórios ou bases estaduais frutos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1965. Dessa forma temos uma das razões para a origem do seu peso. Empregando a noção de *path-dependence* o mesmo motivo que resultou na criação do partido, também é capaz de explicar a centralidade, a própria ditadura militar guiava o partido para a redemocratização e os partidos extintos, formados por reformistas e moderados, precisavam se unir em torno de um interesse maior, não era interessante aos atores envolvidos manterem o status quo e isso pode explicar em parte porque os reformistas do partido tiveram uma guinada rumo ao centro do aspecto ideológico. Se o partido buscava um objetivo supremo, as diferenças deviam ser deixadas de lado, e era mais atingível um progressista/reformista mudar para um discurso mais moderado do que o contrário.

O caso do Movimento Democrático Brasileiro é denominado como conversão institucional por Thelen (2003). Essa conversão institucional acontece quando temos uma mudança no contexto histórico e político que submete os atores a enfrentarem novas questões as quais eles usam as instituições existentes naquele momento como instrumento para resolverem essas questões ou como ferramentas para alcançarem seus novos objetivos. A mudança contextual que resultou na conversão institucional do partido foi o fim da ditadura militar. Com a conclusão do principal objetivo do partido, o partido é abordado com novas indagações e a central delas foi sobre qual seria o novo objetivo político do partido, que foi por anos um partido de oposições (MACIEL, 2014).

6.3 MDB contemporâneo: O maior partido do Brasil

Atualmente o MDB postula o título de maior partido do Brasil, de acordo com seu site oficial, o MDB hoje (antes das eleições de 2018) possui 7564 vereadores, 778 vice-prefeitos, 4 prefeitos de capitais, 1049 prefeitos, 118 deputados estaduais, 18 senadores, 51 deputados federais, 3 vice-governadores, 5 governadores, 4 ministros e 1 Presidente da República. Atualmente o presidente interino do partido é o senador Romero Jucá.

O partido hoje conta com a presença de diretórios em todo o país, são 3.385 diretórios municipais no Brasil, 27 diretórios estaduais, 27 diretórios municipais de capitais, 25 diretórios estaduais da juventude. Além da existência de núcleos especializados em temas importantes como: MDB socioambiental, MDB afro, MDB trabalhista, MDB juventude e MDB mulher. O partido ainda conta com mais de 2,3 milhões de filiados.

Desde Itamar Franco em 1995, o partido não ocupava a posição de Presidente da República, após 21 anos sem exercer diretamente o controle do Executivo, o partido se tornou o principal protagonista do governo em 2016 com Michel Temer assumindo o controle. Aplicando o conceito de comportamento estratégico de Shepsle podemos tentar entender brevemente porque o MDB decidiu tomar o controle do governo recentemente com Temer. Para Shepsle o comportamento estratégico é pensar estrategicamente diante de uma situação considerando os fatores futuros e qual a sua ação para alcançar seus objetivos. Analisando a situação do governo Dilma, eleita com uma vitória apertada em cima do então senador Aécio Neves (PSDB), vitória essa que dividiu o país em dois pólos, onde metade da população era contra mais 4 anos de governo petista, podemos notar que logo após a vitória havia um clima de instabilidade política que iria aumentar nos anos seguintes a essas eleições.

Em dezembro de 2015 o então presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB) aceita a denúncia de crime de responsabilidade contra a atual presidente Dilma Rouseff (PT). Independente dos motivos que eram discutidos pelas lideranças do MDB, a polarização no país e as pressões populares contra o governo de Dilma, acusada de crime de responsabilidade, era uma situação que podia ser aproveitada pelo partido, considerando fatores futuros. O partido sabia que com sua força seria capaz de tomar o controle do governo e assumir o principal cargo do Executivo.

Então pensando estrategicamente diante dessa situação, considerando todas as possibilidades, através da teoria da escolha racional de Shepsle, o MDB optou de acordo com sua lista de possibilidades e preferências que o mais coerente e o que seria maximizador de seus interesses era derrubar o PT e assumir o governo, então resolveu executar seu plano.

Na liderança do país, como vimos anteriormente, o MDB elaborou e aprovou uma das propostas de emenda à constituição mais importante da história do país, conhecida por emenda do Teto de Gastos Públicos, que tem como principal objetivo restabelecer o equilíbrio econômico do país. Criticada por muitos e elogiadas por outros a decisão do partido em aprovar uma emenda constitucional que estabelece limites nos gastos públicos do governo foi uma decisão inteligente que reflete bem o comportamento político do partido em toda sua história. Não importa a opinião das pessoas em torno do MDB, odiado ou amado por toda sua história, o partido é uma instituição que deve ser temida e respeitada.

7. Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da força do MDB no cenário político brasileiro. A atuação do partido nas duas emendas escolhidas neste trabalho demonstrou que o partido realmente faz jus ao seu lema, o partido é um bastião da política brasileira e uma força que, de fato, movimenta o país.

Duas emendas elaboradas pelo partido em contextos distintos, em situações políticas distintas e ainda assim em ambos os casos o MDB demonstrou força nas votações, grande presença em todas as regiões do Brasil e ainda uma coesão partidária invejável, visto que quanto maior o partido, mais difícil é manter a fidelidade partidária.

Neste estudo também analisamos duas características fundamentais que podem explicar o porquê o MDB é a “Força que Movimenta o Brasil”: seu peso e sua centralidade. É de causar estranheza que no meio acadêmico existam muitos estudos sobre a dupla PT-PSDB e poucos estudos sobre o partido que realmente é o protagonista do cenário político brasileiro. Meu breve estudo sobre o partido não é suficiente para explicar a dimensão do poder do MDB no cenário político brasileiro, mas espero que de certa forma, essa obra possa ter contribuído para isso.

REFERÊNCIAS

50 ANOS – **PMDB: O PARTIDO QUE MUDA O BRASIL**. Brasília. Gráfica e Editora Positiva, 2016

A NAÇÃO FRUSTADA! Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar diretas. Folha de São Paulo. 1984. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8754&anchor=4183048&origem=busca>. Acesso em: 10 out. 2018.

BATISTA, Liz. **Há 30 anos, Emenda Dante de Oliveira era rejeitada**. Estadão, 2014. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-30-anos-emenda-dante-de-oliveira-era-rejeitada,9994,0.htm>. Acesso em: 08 set. 2018.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. **"Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas.** *Lua Nova*[online]. 2009, n.76, pp.169-196. ISSN 0102-6445.

BLUME. Bruno André. **Como funciona o teto de gastos públicos?**. POLITIZE, 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos-infografico/>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BOCCHINI, Bruno. **Insatisfação com a ditadura eclode nas manifestações das Diretas Já!**, Agência Brasil, 2014. Disponível em: < http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2014/03/insatisfacao-com-a-ditadura-eclode-nas-manifestacoes-das-diretas-ja>. Acesso em: 27 de jun. 2018.

CARAM, Bernardo. **Cúpula do PDT decide expulsar senador que votou a favor da PEC do teto.** 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/cupula-do-pdt-decide-expulsar-senador-que-votou-a-favor-da-pec-do-teto.ghtml> Acesso em: 15 out. 2018.

CARNEIRO, Mariana. **Entenda a proposta que limita os gastos do governo e por que ela não tira o país da recessão, mas ajuda.** Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2016/10/1821831-entenda-a-proposta-que-limita-os-gastos-do-governo-e-porque-ela-nao-tira-o-pais-da-recessao-mas-ajuda.shtml>. Acesso em: 03 set. 2018.

DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**; tradução de Julieta Campos, Enrique González Pedrero . — México: fce, 1957

Eleições 2018: o que os candidatos pensam sobre o teto dos gastos públicos. Veja, 2018. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/politica/eleicoes-2018-o-que-os-candidatos-pensam-sobre-o-teto-dos-gastos-publicos/>. Acesso em: 07 ago. 2018.

Emenda Dante de Oliveira é rejeitada. Disponível em: < http://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/emenda-dante-de-oliveira-e-rejeitada/>. Acesso em: 23 de set. 2018.

Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Biografia dos parlamentares. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 18 out. 2018.

GARCIA, Gustavo. **Saiba qual foi a posição dos senadores na votação do 2º turno da PEC do teto de gastos. 2014**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/saiba-qual-foi-a-posicao-dos-senadores-na-votacao-do-2-turno-da-pec-do-teto-de-gastos.ghtml> Acesso em: 21 out. 2018.

Kátia Abreu diz ter sido expulsa do PMDB por defender posições que desagradam o governo. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/katia-abreu-disse-que-foi-expulsa-do-pmdb-por-defender-posicoes-que-desagradam-o-governo.ghtml> Acesso em: 13 nov. 2018.

MACIEL, Natalia Regina Avila. **Velhas Raposas, Novos Governistas: o PMDB e a Democracia Brasileira**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MARINHO, Iasmin da Costa. **Emenda Constitucional Dante de Oliveira**. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/emenda-constitucional-dante-de-oliveira/>. Acesso em 23 de set. 2018.

MDB – A força que movimenta o Brasil. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2018.

MENDONÇA, Ricardo. **Votação e derrota da emenda das Diretas-Já completa 30 anos.** Folha de São Paulo, 2014. Disponível em:< https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445161-votacao-e-derrota-da-emenda-das-diretas-ja-completa-30-anos.shtml>. Acesso em: 11 de jul. 2018.

Ministro da Fazenda afirma à presidente do STF que PEC 241 preserva autonomia do Judiciário. 2016. Disponível em: **<**http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=327343> Acesso em: 10 nov. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (1996). **"A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior"**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, *6/7*: 201-212.

NERY, Vanderlei Elias. *"***Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites".** Lutas Sociais, São Paulo, ano 15, n.º 24, pp. 70-77, jan/jun de 2010.

Parlamentares exaltam Emenda Dante de Oliveira como marco democrático. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/441093-PARLAMENTARES-EXALTAM-EMENDA-DANTE-DE-OLIVEIRA-COMO-MARCO-DEMOCRATICO.html>. Acesso em: 20 nov.2018

Pastor Valadares toma posse no senado. 2016. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/14/pastor-valadares-toma-posse-no-senado> Acesso em: 11 nov. 2018.

PEC 241/2016 – Tramitação na Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351> Acesso em: 23 jun. 2018.

PEC 241: Tudo sobre o teto de gastos. Época, 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/pec-241-tudo-sobre-o-teto-de-gastos.html> Acesso: 07 ago. 2018.

PEC 55/2016- PEC do Teto dos Gastos Públicos – Tramitação no Senado. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acesso em: 23 jun. 2018.

PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação, Senado Federal. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao> Acesso em: 3 set. 2018

REIS, José Roberto Franco. **O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país** In: PONTE, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê (orgs). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010, pp. 221-236.

ROCHA, Leonel: **Direção do PDT decide expulsar senadores que votaram a favor da PEC do gasto**. 2016. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/direcao-do-pdt-decide-expulsar-senadores-que-votaram-a-favor-da-pec-do-gasto/>. Acesso em: 10 out. 2018.

Senhor Diretas: a história de Ulysses Guimarães - *Bloco 1*. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/453843-SENHOR-DIRETAS-A-HISTORIA-DE-ULYSSES-GUIMARAES-BLOCO-1.html> Acesso em: 10 nov. 2018.

SHEPSLE, **K. Analizar la política: Comportamiento, instituciones y racionalidade**. prólogo y traducción de Gilles Serra. – México, D.F.:Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2016.

Teto de gastos melhora a gestão das contas públicas. Exame, 2018. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millenium/teto-de-gastos-melhora-a-gestao-das-contas-publicas/>. Acesso em: 03 out. 2018

Tramitação da PEC 05/1983 - Emenda Dante de Oliveira. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ULIANO, André Borges. **Entenda por que a PEC do Teto de Gastos é excelente (especialmente para os mais pobres).** Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/pec-do-teto-de-gastos/>. Acesso em: 10 out. 2018.

Veja como votaram os senadores na aprovação da PEC do Teto de Gasto. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/veja-como-votaram-os-senadores-na-aprovacao-da-pec-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 12 out. 2018.